



**Universidade de
Aveiro**

Departamento de Línguas e Culturas

2014

**Mariana Isabel
Nunes Duarte
Lima**

**TERMINOLOGIA DA CARTA ROGATÓRIA EM
PORTUGUÊS, INGLÊS E ALEMÃO**



**Universidade de
Aveiro**

2014

Departamento de Departamento de
Línguas e Culturas

**Mariana Isabel
Nunes Duarte
Lima**

TERMINOLOGIA DA CARTA ROGATÓRIA EM PORTUGUÊS, INGLÊS E ALEMÃO

Projeto apresentado à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Tradução Especializada (Ciências Jurídicas), realizado sob a orientação científica da Doutora Maria Teresa Murcho Alegre, Professora Auxiliar do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro e da Doutora Katrin Herget, Leitora do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro.

o júri

presidente

Doutora Maria Teresa Costa Gomes Roberto Cruz
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

vogais

Doutora Micaela da Silva Marques Moura
Equiparada a Assistente do 1º Triénio do Instituto Superior de
Contabilidade e Administração do Porto (arguente)

Doutora Maria Teresa Murcho Alegre
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro (orientadora)

agradecimentos

Primeiramente gostaria de agradecer à Professora Doutora Teresa Alegre e à Professora Doutora Katrin Herget por toda a ajuda, revisão crítica do trabalho, paciência e preciosos conselhos.

À Professora Doutora Teresa Roberto pela sua revisão da parte inglesa da base de dados e pelas palavras amigas de encorajamento.

Ao Professor Luís Salema, por me aconselhar a vinda para a Universidade de Aveiro e por ter sempre acreditado em mim.

Ao meu tio Quim Zé, pela valiosa revisão do meu trabalho e pelas palavras carinhosas.

Aos meus pais, por tudo, por me darem esta oportunidade, as palavras não chegam para descrever o quão grata estou e como me sinto feliz por vos ter.

À Marta Alves, por me ter acompanhado desde o início desta caminhada e por ter feito o esforço de ler o meu trabalho, mesmo não estando dentro da área. E também por ser a melhor amiga que alguma vez se pode desejar.

Ao Luís Mendes, por tudo o que aturou ao longo deste processo e pelo apoio incondicional que me deu. E principalmente por me ter dado confiança e alento ao expressar o seu orgulho em mim.

palavras-chave

terminologia, tradução especializada, tradução jurídica, carta rogatória

resumo

A tradução jurídica constitui uma das maiores partes do mercado de trabalho de tradutores profissionais por todo o mundo. A globalização da informação e dos serviços jurídicos, a abertura dos mercados nacionais e o aparecimento de organizações internacionais têm vindo a destacar ainda mais a importância da tradução jurídica na atualidade e a crescente responsabilidade dos tradutores jurídicos. O objetivo deste projeto é a construção de uma base de dados terminológica que contém os termos e as fraseologias que são recorrentemente mais utilizados na redação de uma Carta Rogatória. Sendo a Carta Rogatória um dos géneros textuais mais requisitados aos tradutores, maioritariamente da sua língua nativa para uma língua estrangeira, este projeto aparece como uma forma de prover uma ferramenta preciosa para tradutores que trabalhem com o par de línguas inglês-alemão.

keywords

terminology, specialised translation, legal translation. letter rogatory

abstract

Legal translation is one of the largest sectors of the market place for professional translators worldwide. The globalization of information and the resort to international legal services, along with the opening of national markets and the appearance of international organizations have highlighted the importance of legal translation nowadays and the growing responsibility upon legal translators. The purpose of this project is the compilation of a term base, which contains the terms and phraseologies that are recurrently used in the writing of a Letter Rogatory. Since the Letter Rogatory is one of the most requested text genres to be translated, mostly from a native language to a foreign one, this project appears as a way to provide a valuable tool to any translator who works with the language pair English-German.

Índice

Introdução.....	10
1. A Carta Rogatória.....	14
1.1. Tipo e Género Textual.....	14
1.2. Enquadramento Legal.....	18
1.2.1 Síntese dos artigos 229º a 233º do Código de Processo Penal.....	25
1.2.2. Síntese dos artigos 172º a 185º do Código de Processo Civil.....	25
1.3. Enquadramento Tradutológico.....	30
2. Metodologia de trabalho.....	36
3.1. Fase Inicial – Extração dos Termos.....	36
3.2 Fase Intermédia – Tratamento dos Termos.....	38
3.3 Fase Final – Revisão e Validação dos Termos.....	41
3. Terminologia.....	44
4.1 Contextualização.....	44
2.1 A Terminologia enquanto ferramenta de tradução.....	46
4. Equivalência na tradução.....	48
5. Problemas encontrados e superação dos mesmos.....	54
6. Conclusão.....	58
Referências Bibliográficas.....	60
Anexos.....	62
Anexo 1.....	62
Anexo 2.....	63
Anexo 3.....	64
Base de Dados Terminológica.....	65
Fraseologias.....	96

Introdução

O presente trabalho insere-se no âmbito do Mestrado em Tradução Especializada em Ciências Jurídicas da Universidade de Aveiro, como projeto final que visa a obtenção do grau de Mestre.

O propósito global deste trabalho é a demonstração dos conhecimentos adquiridos e das competências desenvolvidas ao longo dos passados cinco anos que incluem a Licenciatura em Tradução e o Mestrado em Tradução Especializada, no entanto com maior ênfase nos últimos dois anos que levaram à especialização da tradução prática de documentação legal das línguas inglesa e alemã.

O produto final deste projeto consiste numa base de dados terminológica multilingue sobre o género textual Carta Rogatória em português, inglês e alemão. Antes de se iniciar um trabalho terminológico sistemático, tal como uma base de dados multilingue, pressupõe-se a planificação de uma série de condicionantes prévias, de modo a assegurar o máximo de rigor. Esta compilação em específico seguiu o esquema de processo de trabalho sistemático plurilingue sugerido por Cabré (1993: 337)¹.

É também de ressaltar a função e o propósito que o trabalho terminológico pretende cumprir, e este, em concreto, constitui uma ferramenta de apoio ao tradutor. O propósito foi criar um instrumento de trabalho informativo e de utilização acessível para que o tradutor possa realizar um trabalho mais confortável, válido e económico em termos de tempo.

A primeira parte do relatório de projeto centra-se na definição e clarificação do género textual em que a Carta Rogatória se insere e esclarece o seu enquadramento legal e importância enquanto documento sujeito a tradução especializada. Nesta parte é também feito o enquadramento tradutológico à tradução jurídica enquanto campo de especialidade e são mencionados os requisitos para se ser um tradutor jurídico competente.

A parte seguinte do relatório é a secção onde aparece pormenorizadamente explicitada a metodologia de criação da base de dados e as três fases pelas quais a mesma passou: a fase inicial de seleção e extração de termos, a fase intermédia de tratamento dos termos e criação de fichas terminológicas e a fase final de revisão e validação dos termos.

¹ ver anexo 1 (pág. 62)

Neste segmento do relatório de projeto é também explicada a organização da base de dados e a justificação de algumas escolhas feitas na organização e apresentação das fichas terminológicas.

A seguir à apresentação da metodologia de trabalho é feita uma breve introdução e contextualização à terminologia enquanto disciplina e enquanto ferramenta de apoio à tradução. Por conseguinte, é também feita uma referência ao processo de equivalência na tradução, à equivalência enquanto modelo e aos possíveis problemas em obter equivalência nas terminologias.

No final do relatório de projeto são expostas as dificuldades encontradas e o modo como as mesmas foram superadas e solucionadas, seguindo-se ainda uma breve conclusão geral.

A última secção, que se encontra a seguir às referências bibliográficas, são os anexos que contêm informação adicional ou ilustração de algo anteriormente mencionado de um modo mais extenso ou explicativo. De seguida aparece anexada a base de dados integral, sendo que o último anexo é um CD-ROM que contém o produto final do projeto, a base de termos multilingue em formato XML, do *SDL MultiTerm*.

A base de dados terminológica foi inicialmente elaborada em formato *Excel* do Microsoft Office, sendo posteriormente convertida para uma base de dados no *software SDL MultiTerm*, instalado nos computadores do Departamento de Línguas e Culturas da Universidade de Aveiro. O *SDL MultiTerm* é uma ferramenta de gestão de terminologia que fornece uma solução para armazenar, consultar e gerir terminologia multilingue.

A escolha deste género textual prende-se essencialmente com a frequência com que a tradução deste tipo de documento é solicitada por autoridades judiciais. Para além do tema se inserir na matéria do plano de estudos do Mestrado, esta é uma área específica pouco explorada. De facto, após uma pesquisa intensa, foi encontrada informação escassa acerca da tradução especializada da Carta Rogatória enquanto texto jurídico e género textual, apesar de se encontrarem bastantes trabalhos e estudos dedicados à tradução específica de textos jurídicos como o contrato, o certificado, a sentença, entre outros. A informação na língua portuguesa torna-se ainda mais reduzida. A que existe tem na sua origem, essencialmente, no português do Brasil e, dada a disparidade entres os sistemas legais português e brasileiro, apesar de poder ser muito esclarecedora, por vezes não poderá ser viável, principalmente na comparação de termos.

Existe ainda a motivação particular para desenvolver este projeto que advém da experiência pessoal em traduzir este tipo de documentação e da necessidade sentida de ter acesso a um glossário ou base de dados bem estruturados neste domínio e género textual. Sendo que a Carta Rogatória é um género textual fortemente marcado e caracterizado por expressões fixas tais como “corre termos” ou “são imputados”, por exemplo, é de toda a conveniência e relevância que se criem bases de dados terminológicas de apoio à atividade tradutora. Mais se considera que esta compilação é uma boa resposta para entraves terminológicos e uma ferramenta útil e acessível, que economiza tempo precioso para o profissional da tradução.

1. A Carta Rogatória

1.1. Tipo e Género Textual

O modelo de Reiß sobre as tipologias textuais consiste na adaptação do modelo do *Organon* de Bühler (Reiß 1993: 9s.) sobre as funções da linguagem para a criação de uma tipologia adequada à tradução. Reiß considera que é necessário conhecer-se o tipo de texto, analisando a função da linguagem e o objetivo da comunicação, de modo a se poder optar pelo método de tradução mais adequado, uma vez que cada tipo de texto condiciona o método de tradução (Reiß, 1993: 10). Um ponto de referência para a classificação de um texto é a função da comunicação, pois a tradução pode ser vista como um processo comunicativo bilíngue, no qual é preciso manter a função de comunicação na língua de chegada (Reiß, 1993: 17). Considere-se que Reiß é uma defensora da Teoria do *Skopos*².

Este modelo de Reiß diferencia dois conceitos fundamentais: o *Texttyp* e a *Textsorte*, ou seja, a tipologia textual e o género textual. Através do seu estudo sobre a tradução, Reiß reconhece que existe uma ligação entre a tipologia textual e o método de tradução a adotar. Considerando a vasta variedade de géneros textuais, a classificação de métodos de tradução adotados a cada género tornar-se-ia demasiado complexa, pelo que Reiß introduziu o conceito de tipologia (*Texttyp*), conseguindo assim um número menor de tipos de textos, associados a um método de tradução. Estas tipologias englobam vários géneros textuais, diminuindo assim o referido número de forma drástica.

Segundo o modelo de Reiß existem quatro tipologias, sendo que cada tipologia difere uma da outra, tendo todas no entanto, uma mensagem a ser transmitida. A diferença encontra-se na transmissão desta mensagem no texto. Reiß usou o modelo de Bühler como base, pois este propõe que para haver sucesso de um processo comunicativo é necessário haver um emissor, que transmite a mensagem, um recetor, que a recebe, e a própria mensagem. Dependendo do conteúdo desta mensagem, são escolhidos os meios linguísticos (Reiß, 1993: 12).

² A Teoria do *Skopos* de Hans J. Vermeer foca-se na tradução enquanto atividade com objetivo ou propósito e no público-alvo da tradução. Traduzir significa produzir um texto de chegada, num cenário de chegada com um propósito e público-alvo em circunstâncias de chegada.

A primeira tipologia que Reiß define é o texto informativo, que é identificado como um texto que é descritivo e cujo objetivo é a transferência de informação para um público-alvo. Neste tipo de texto a informação está em primeiro plano e não a forma do dito texto. A linguagem utilizada neste tipo de texto depende, em primeiro lugar, da informação do texto. Pode haver um ou mais autores e estes têm em mente um leitor ou um público-alvo. Ora, a Carta Rogatória insere-se nesta tipologia uma vez que se trata de uma formulação de um pedido da parte de uma entidade nacional para uma entidade estrangeira, cuja função primária é informar e apelar.

Apesar do formalismo não ser colocado em primeiro plano, como foi anteriormente referido, visto que a intenção do emissor não é o modo como a linguagem é formulada, mas sim a transmissão da informação/mensagem, a linguagem da Carta Rogatória é tipicamente jurídica. Sendo que se trata de um documento legal, a linguagem é fortemente caracterizada por longas frases complexas, o natural uso de termos técnicos, a repetição, o ato constante de remeter para outra documentação e o registo erudito e formal.

A linguagem jurídica portuguesa e a alemã tendem a ser bastante complexa, sintaticamente falando, enquanto a linguagem jurídica inglesa em oposição, procura habitualmente ser mais sucinta em relação às anteriormente mencionadas. Ainda que seja um texto informativo, a Carta Rogatória é também um tipo de texto apelativo, visto que é um tipo de documento que é literalmente um pedido de ajuda/apoio internacional.

Reiß salienta que na tradução do texto informativo o objetivo do tradutor é transmitir a informação existente no texto de partida, sem fazer modificações. No processo de tradução, o tradutor deverá, ao nível do léxico, da sintaxe e do estilo, fazer uma adaptação às normas do tipo de texto na língua de chegada. Ao nível da linguagem também existe uma adaptação à língua de chegada. Como estes tipos de texto também podem ter aspetos expressivos ou apelativos na linguagem do texto de partida, estes podem ficar em segundo plano no texto de chegada, se interferirem com a transferência da informação do texto.

Em termos de género textual, a Carta Rogatória é considerada um texto especializado.

Como qualquer outro género de texto, o texto especializado possui características específicas e gerais, sendo estas últimas analisadas por Hoffmann (*apud* Arntz e Picht 1995: 43), que após ter realizado estudos a diferentes línguas europeias, concluiu e

identificou uma série de características comuns num grande número de linguagens de especialidade, sendo as principais:

- 1) O verbo perde a sua referência temporal concreta e aparece no tempo presente a maioria das vezes, sobretudo na terceira pessoa do singular;
- 2) A maior parte das vezes, o verbo encontra-se na voz passiva;
- 3) O verbo enquanto categoria lexical desempenha um papel relativamente pouco importante;
- 4) O nome tem um papel importante;
- 5) O singular é usado muito mais frequentemente que o plural;
- 6) O adjetivo aparece com relativa frequência.

Borja (*apud* Albir 2007: 499) distingue mais de trinta e sete géneros jurídicos escritos e as suas finalidades são predominantemente a instrutiva e a expositiva. Como se pode conferir ao consultar a tabela³, a Carta Rogatória deverá inserir-se entre as categorias dos “textos judiciais” e “textos de aplicação do direito (público e privado)”, nas quais o tom é predominantemente muito formal ou formal. O tradutor tem de ser cuidadoso para manter o tom do texto original, mas também deve ter em conta que “o enunciado da carta deve pautar-se pela simplicidade e clareza, por forma a que a autoridade estrangeira, destinatária do pedido, possa facilmente enquadrar-se na questão de fundo, compreenda claramente qual a natureza da diligência que lhe é solicitada e possa levá-la a cabo da forma mais adequada” (Circular 4/02 da Procuradoria-Geral da República, pág. 4). Ainda que Borja (*apud* Albir 2007: 499) defenda que a diferença do que sucede com os textos técnicos é que o tom não parece ser um elemento distintivo básico e que este fenómeno se possa dever a duas razões distintas. Primeiramente porque todos os géneros jurídicos se situam entre o tom formal e o tom hiperformal e por isso não existe uma grande diferença entre os géneros, como o que acontece noutros campos. Em segundo lugar, porque todos estes textos se dirigem a um destinatário especializado, mesmo aqueles que sejam destinados ao público-geral (uma lei, por exemplo) costumam precisar de uma pessoa com conhecimentos no campo jurídico que os interprete. Por outro lado, convém ter presente que não existe qualquer relação unívoca entre o grau de formalidade de um género e o grau

³ Ver anexo 2 (pág. 63)

de especialização, mesmo que esta especialização se possa dever a fatores como a complexidade conceptual.

Relativamente a características específicas, o texto especializado desempenha funções textuais importantes como a descrição e o fornecimento de instruções. Em termos de macroestrutura, a Carta Rogatória portuguesa divide-se em quatro grandes secções:

- 1- A Introdução
- 2- O Conteúdo da Notificação ou Formulação dos Factos
- 3- O Direito (Normas Aplicáveis)
- 4- O Pedido

Na Introdução são explicitados qual o Tribunal requerente, o número de referência e tipo de processo e a identificação das partes envolvidas, ou seja, quem é o autor e o arguido do processo em questão. Na segunda secção é feita uma formulação dos factos de forma resumida e sucinta, relatando o sucedido e o motivo de contacto que levou à realização do pedido de auxílio internacional. A terceira secção discrimina qual a lei portuguesa aplicável ou sujeita de ser aplicada à conduta praticada e fornece indicação onde a mesma se encontra desenvolvida por extenso na legislação ou documento legal específico (exemplo: resistência e coerção às autoridades, p. e p. pelo artigo 357º do Código Penal). Na quarta secção é formulado o pedido feito às autoridades estrangeiras competentes, que passa maioritariamente por pedidos de notificação de arguidos ou testemunhas e, esclarecimentos de informações relevantes que devam ser transmitidas aos mesmos.⁴

⁴ Já a estrutura das Cartas Rogatórias em inglês segue um formulário modelo com vários campos a ser preenchidos, como os dados pessoais da autoridade requerente, o grau de urgência da diligência, a convenção ou acordo a ser aplicado e a especificação da diligência requerida e os factos que a justificam. A estrutura da Carta Rogatória alemã aproxima-se mais da portuguesa. Inicia-se igualmente com a discriminação dos dados da autoridade requerente e apresenta uma sucinta descrição introdutória do motivo de contacto à autoridade estrangeira requerida. Seguidamente surge a formulação dos factos ocorridos e a lei aplicável aos mesmos. Finalmente é apresentado o pedido formal, explicitando toda a informação ou diligências que se pretende obter.

1.2 Enquadramento Legal

A Carta Rogatória consiste num pedido de auxílio judiciário, formulado por uma autoridade judiciária nacional, com vista a possibilitar a investigação ou o julgamento de determinados factos, a uma autoridade judiciária estrangeira.

Com a formulação deste tipo de documento pretende obter-se apoio na realização de diligências, em fase de inquérito, instrução ou julgamento (por exemplo o interrogatório de arguido ou a inquirição de testemunhas ausentes no estrangeiro, a realização de buscas ou apreensões ou a submissão de intervenientes a perícias), a convocação para determinados atos processuais ou a notificação de despachos lavrados pela autoridade judiciária competente.

Os pedidos de auxílio judiciário em matéria penal, designadamente os que revestem a forma de Carta Rogatória, encontram-se previstos e regulamentados em normas convencionais e na lei interna.

Tais normas são as seguintes:

1. **Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo**, nomeadamente nos seus arts. 3º a 6º e 14º a 20º, aprovada para ratificação pela Resolução da Assembleia da República nº 39/94 de 17 de Março de 1994 e ratificada por Decreto do Presidente da República, de 14 de Julho, publicada no Diário da República nº 161, I Série -A de 14 de Julho de 1994.
2. **Protocolo adicional à mesma Convenção**, aprovado para ratificação pela Resolução nº 49/94 de 12.8. e ratificado por Decreto do Presidente da República, de 12.8.1994, publicado no Diário da República nº 186, I Série- A, de 12 de Agosto de 1994.
3. **Convenção do Conselho da Europa relativa ao Branqueamento, Detecção e Apreensão dos Produtos do Crime**, aprovada para ratificação pela Resolução nº 70/97 de 9.10. e ratificada pelo Decreto do Presidente da República nº 73/97, de 27.11., publicado no Diário da República, I Série- A, de 13 de Dezembro de 1997 (unicamente aplicável aos pedidos de auxílio relativos à apreensão de bens, com vista a uma futura execução no Estado em que foram apreendidos, de uma declaração de perda dos mesmos, proferida pelo Tribunal do País que solicitou a apreensão).

4. **Protocolo de Adesão ao Acordo Relativo à Supressão Gradual dos Controlos nas Fronteiras Comuns**, assinado em Schengen, a 14 de Junho de 1985 e o **Acordo de Adesão à Convenção de Aplicação do Acordo Schengen**, assinado em Schengen, a 19 de Junho de 1990, nomeadamente no seu art. 53º, aprovados pela Resolução da Assembleia da República nº 35/93 de 25.11. e ratificados pelo Decreto do Presidente da República nº 55/93, publicados no Diário da República nº 276, I Série-A de 25 de Novembro de 1993.

5. **Lei nº 144/99 de 31 de Agosto de 1999**, que regulamenta a Cooperação Judiciária Internacional em matéria penal, versando primordialmente sobre as questões do auxílio judiciário mútuo - cartas rogatórias- nos seus arts. 20º a 30º e 145º a 152º.

6. **Código de Processo Penal**, nos seus arts. 229º a 233º.

7. **Código de Processo Civil**, nos seus arts. 172º a 185º.

Ressalva-se a **Convenção relativa ao auxílio judiciário mútuo em matéria penal entre os Estados membros da União Europeia**, assinada em 29 de Maio de 2000 pelos Estados Membros, sob presidência portuguesa, a qual não se encontra ainda em vigor.⁵

Em relação a requisitos de forma, o formalismo ao qual deve obedecer a elaboração de uma Carta Rogatória encontra-se descrito nos arts. 23º e 151º da Lei 144/99 de 31.8., que incorpora no ordenamento jurídico interno as normas convencionais pertinentes.

Deve salientar-se que o enunciado da carta se deve pautar pela simplicidade e clareza, para que a autoridade estrangeira, destinatária do pedido, possa facilmente enquadrar-se na questão de fundo, compreenda claramente qual a natureza da diligência que lhe é solicitada e possa levá-la a cabo da forma mais adequada.

Assim:

a. Devem identificar-se as autoridades judiciárias, requerente e requerida, ainda que neste último caso sob a forma " Competentes Autoridades Judiciárias do Estado X".

b. Devem enunciar-se, de forma sucinta, os factos que justificam a formulação do pedido (por exemplo, em sede de inquérito deve ser esclarecido qual a natureza e objeto da investigação; já em sede de julgamento o envio de cópia da acusação ou do despacho que designa dia para a realização do julgamento dispensará o mencionado enunciado).

⁵ Informação retirada da Circular 4/02 da Procuradoria-Geral da República, pág. 2 e 3

c. O pedido deve ser enunciado de forma compreensível e, se possível, destacada, identificando-se claramente, caso se trate de diligência de interrogatório, inquirição ou peritagem, o nome e morada da pessoa a ouvir.

d. Deverá esclarecer-se qual a qualificação jurídica dos factos que motivam o procedimento, juntando cópia das normas legais pertinentes.

e. Quando tal se justifique, deverá fazer-se constar as especialidades a que alude o art. 151º als. b) e c) da Lei 144/99 de 31.8., nomeadamente a informação de que a partir de determinada data deixará de interessar o cumprimento da Carta Rogatória ou a necessidade de ser respeitada a confidencialidade do pedido e seu conteúdo.

f. Deve solicitar-se, quando necessário e com vista a salvaguardar o valor probatório e a legalidade do ato a praticar pela autoridade estrangeira, que o mesmo seja praticado observando os termos prescritos pela lei portuguesa, remetendo-se cópia da legislação processual penal pertinente.⁶

Como nota deverá acrescentar-se que:

a. Os formulários elaborados pela Direção Geral dos Serviços Judiciários no âmbito da Convenção de Haia sobre transmissão de pedidos de carácter cível e comercial não podem ser utilizados no que diz respeito às cartas rogatórias de carácter penal, sob pena de imediata devolução sem cumprimento.

b. Os pedidos deverão identificar o magistrado que o formula e o número de telefone ou fax através do qual poderá ser contactado pela autoridade estrangeira, caso haja qualquer dúvida no cumprimento do mesmo.

Um dos aspetos fulcrais da Carta Rogatória é a tradução da mesma, que está propriamente legislada. Conforme estabelecido no art. 20º da Lei n.º 144/99 de 31.8. os pedidos são acompanhados de tradução na língua oficial do Estado a que são dirigidos, salvo convenção ou acordo em contrário ou se o Estado destinatário a dispensar.

Portugal celebrou com a República Francesa, em 14 de Setembro de 1955, um Acordo por Troca de Notas segundo o qual são dispensadas as traduções das cartas rogatórias e dos atos judiciais em matéria penal.

⁶ Informação retirada da Circular 4/02 da Procuradoria-Geral da República, pág. 4

De igual modo celebrou, em 19 de Novembro de 1997, um acordo com o Reino de Espanha, relativo à cooperação judiciária em matéria penal e cível, publicado no Diário da República I-Série A, de 27 de Maio de 1998, em cujo artigo primeiro se prevê a dispensa de tradução dos pedidos de auxílio judiciário mútuo em matéria penal e cível.

Conclui-se, assim, que em relação ao Reino de Espanha e à República Francesa é possível aplicar imediatamente o Acordo de Schengen⁷ uma vez que, não sendo exigida a tradução dos pedidos, nada impede que os mesmos sejam diretamente enviados às autoridades judiciárias competentes.

Os endereços das mesmas deverão ser recolhidos por recurso ao Atlas Judiciário Europeu (através da consulta do site www.atlas.mj.pt, com a password “rje” e “dgsi”), aos Pontos de Contacto da Rede Judiciária Europeia ou à Autoridade Central, do modo mais informal possível.

No que se refere a todos os outros Estados, ainda que subscritores do Acordo de Schengen, o envio direto mostra-se comprometido pela necessidade de tradução dos pedidos.

Em matéria penal, as traduções, quando não facultadas pelo interveniente processual que requereu a formulação do pedido, devem ser solicitadas diretamente pelo Tribunal requerente a tradutores. Tradutores estes, que prestam compromisso de honra e cujos serviços serão remunerados pelo orçamento do Tribunal, ou por recurso à Divisão de Documentação e Informação da Procuradoria-Geral da República.

No que toca à transmissão dos pedidos de auxílio, a Convenção Europeia sobre Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal estabelece que os mesmos deverão ser dirigidos pelo Ministério da Justiça da Parte Requerente ao Ministério da Justiça da Parte Requerida e devolvidos pela mesma via.

O Ministério da Justiça de cada um dos países que ratificaram esta Convenção funcionaria, pois, como autoridade central para efeitos de transmissão de pedidos de auxílio judiciário mútuo.

⁷ O já anteriormente referido Acordo de Schengen é uma convenção entre países europeus sobre uma política de abertura das fronteiras e livre circulação de pessoas entre os países signatários. A convenção de Schengen completa o acordo e define as condições de aplicação e as garantias de realização desta livre circulação. Um total de 30 países, incluindo todos os integrantes da União Europeia (exceto a Irlanda e o Reino Unido) e três países que não são membros da UE (Islândia, Noruega e Suíça), assinaram o acordo de Schengen.

A entrada em vigor da Lei n.º 144/99 de 31.8. definiu, porém, como Autoridade Central, para efeitos de receção e transmissão dos pedidos de cooperação abrangidos por aquele diploma legal, ou seja, dentro da área penal, a Procuradoria-Geral da República.

Assim, e no quadro do ordenamento jurídico interno, a Autoridade Central em matéria de cooperação judiciária internacional em matéria penal é a Procuradoria-Geral da República.

Do que fica exposto resulta que os pedidos de auxílio judiciário mútuo, nomeadamente as cartas rogatórias, devem ser endereçados à Procuradoria-Geral da República, para transmissão para o exterior.

No entanto, Portugal, tal como os demais Estados da União Europeia, com a exceção da Irlanda e do Reino Unido, ratificou o Protocolo de Adesão ao Acordo Schengen, em sede do qual, e por aplicação do seu art. 53º, se preconiza que os pedidos de auxílio judiciário, especialmente cartas rogatórias, podem ser diretamente remetidos pelas autoridades judiciárias e respondidos pela mesma via.

Tal é, igualmente, a via prevista na Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo no âmbito dos Estados da União Europeia, assinada em Maio de 2000, sob presidência portuguesa da União Europeia.

Por seu lado a Lei n.º 144/99 de 31.8. prevê, nos seus arts. 21º n.º 4 e 152º n.º 1, a possibilidade de transmissão direta de pedidos de auxílio judiciário entre autoridades judiciárias competentes.

Harmonizando os mecanismos convencionais vigentes, e à luz da lei interna, conclui-se que:

- a. No espaço da União Europeia, excluindo os casos da Irlanda e do Reino Unido, os pedidos de auxílio judiciário poderão ser formulados, diretamente entre autoridades judiciárias, e devolvidos pela mesma forma.
- b. No caso de Espanha e França, atendendo à dispensa de tradução convencional, os pedidos devem ser formulados diretamente, sendo recolhida informação sobre o endereço dos destinatários através dos mecanismos anteriormente mencionados (por recurso ao Atlas Judiciário Europeu).

c. No que se refere aos demais Estados integrantes do espaço Schengen, (Alemanha, Áustria, Bélgica, Holanda, Luxemburgo, Itália, Grécia, Dinamarca, Finlândia e Suécia), a menos que a tradução seja assegurada por um dos intervenientes (v.g. assistente) ou pelo Tribunal, o envio terá que processar-se, através da Procuradoria-Geral da República, para que a tradução possa ser assegurada.

d. Já no que diz respeito aos demais Estados, subscritores da Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo, de Acordos Bilaterais (como seja o caso dos Países de Língua Oficial Portuguesa ou do Brasil) ou por aplicação do princípio da reciprocidade, a transmissão dos pedidos terá que ser solicitada à Procuradoria-Geral da República, enquanto Autoridade Central.

e. Seja no caso dos Estados aderentes à Convenção de Schengen, seja nos demais casos, sempre que o pedido seja transmitido à Autoridade Central, com vista à obtenção de tradução, deve sê-lo diretamente, sem percorrer todos os escalões da hierarquia do Ministério Público, uma vez que o controlo dos pedidos, nomeadamente para fins estatísticos e sua eventual localização, é assegurado na Procuradoria-Geral da República.

Tanto a norma convencional do art. 15º nº2 e 5 da Convenção Europeia sobre Auxílio Judiciário Mútuo como o art. 29º da Lei n.º 144/99 de 31.8. preveem uma tramitação específica, para os casos de envio Cartas Rogatórias de natureza urgente e obtenção do cumprimento dos pedidos.

Nestes casos as Cartas Rogatórias deverão ser transmitidas, via INTERPOL sendo a tradução assegurada nos termos já referidos ou por outras entidades em casos de extrema urgência, solicitando-se a articulação entre a Autoridade Judiciária que emite a Carta Rogatória e a Procuradoria-Geral da República, de modo a que seja possível compatibilizar o prazo necessário para a efetivação da tradução com a urgência na transmissão do pedido.

Posteriormente e aquando da transmissão do pedido por via oficial, através da Autoridade Central, caso a tradução haja sido assegurada pela Polícia Judiciária, o mesmo deverá ser acompanhado de cópia da tradução efetuada bem como deve a Autoridade Central ser informada de que um duplicado do pedido foi expedido via Interpol.

O art. 145º n.º 5, 6 e 8 da Lei nº144/99 de 31.8. prevê, no caso expresso das cartas rogatórias recebidas do estrangeiro, a possibilidade de deslocação de magistrados ou

agentes da autoridade estrangeiros que, a título de mera coadjuvação, poderão acompanhar a execução das diligências rogadas a Portugal. Tal possibilidade verifica-se, igualmente, em sentido inverso, isto é, é possível a um magistrado ou agente da autoridade português acompanhar a execução de diligências que rogou que fossem realizadas no estrangeiro.

No primeiro caso sublinha-se que a deslocação de magistrados estrangeiros tem que ser autorizada por despacho de Sua Excelência o Senhor Procurador Geral da República, por força do disposto nos arts. 145º n.º 5 e 8 e 165º da Lei n.º 144/99 de 31.8. e do Despacho n.º 2579/2001 de Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça (publicado no Diário da República n.º 32, II Série de 7.2.2001). Um procedimento idêntico deve ser adotado nos casos em que a deslocação de autoridades estrangeiras englobe simultaneamente magistrados e autoridades ou órgãos de polícia criminal.

Quando a deslocação se referir apenas a agentes da autoridade a mesma deverá ser autorizada pelo Senhor Diretor Nacional da Polícia Judiciária, por força do disposto nos arts. 145º n.º 5 e nº8 e 165º da Lei n.º 144/99 de 31.8. e do despacho n.º 24844/99 de Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça (publicado no Diário da República, II Série, de 17 de Dezembro de 1999).

No caso das Cartas Rogatórias ativas a autorização para a deslocação de magistrado português ao estrangeiro, para acompanhar a execução de um pedido de auxílio judiciário mútuo, carece da autorização de Sua Excelência o Senhor Ministro da Justiça, nos termos do art. 145º nº10 da Lei nº144/99 de 31.8 (na redação. da Lei nº104/2001, de 25.8.). Assim sendo, a Carta Rogatória na qual se pretende a deslocação de magistrado português ao estrangeiro, deverá ser remetida à Autoridade Central, nomeadamente para obtenção de despacho ministerial autorizando a deslocação.

1.2.1. Síntese dos artigos 229º a 233º do Código de Processo Penal

O disposto nos referidos artigos determina que as Cartas Rogatórias e restantes procedimentos penais com autoridades estrangeiras são regulamentados primeiramente pelos tratados e convenções internacionais e na sua falta ou insuficiência pelo disposto na lei especial e ainda pelo próprio Código de Processo Penal.

As Cartas Rogatórias dirigidas às autoridades estrangeiras são entregues ao Ministério Público e apenas serão formuladas se se entender serem necessárias à prova de algum facto essencial para a acusação ou para a defesa. O Ministério Público é ainda responsável por promover o cumprimento das Cartas Rogatórias. Caso não o seja, é-lhe dada vista para se opor ao cumprimento que julgar conveniente. A recusa do cumprimento pode acontecer quando a autoridade judiciária rogada não tiver competências e neste caso a Rogatória é enviada à autoridade judiciária competente se esta for portuguesa. A recusa do cumprimento também pode acontecer quando a solicitação se dirigir a um ato que a lei portuguesa proíba, quando a execução da rogatória for atentatória da soberania ou da segurança do Estado ou quando o ato implicar a execução de uma decisão de um tribunal estrangeiro sujeita a revisão e confirmação e a decisão se não mostrar revista e confirmada.

1.2.2. Síntese dos artigos 172º a 185º do Código de Processo Civil

Estes artigos explicitam as formas de requisição e comunicação de atos e distinguem a Carta Precatória da Rogatória, esclarecendo as regulamentações e os prazos de cumprimento das mesmas. Relativamente ao conteúdo das Cartas, estas apenas contêm as informações estritamente necessárias para a diligência e são assinadas pelo juiz ou pelo relator e, de acordo com o artigo 175º, caso exista nos autos algum autógrafo, planta, desenho ou gráfico que deva ser examinado no ato da diligência pelas partes, peritos ou testemunhas, remeter-se-á com a Carta esse documento ou uma reprodução fotográfica do mesmo.

As Cartas, tanto a Precatória como a Rogatória, devem ser cumpridas pelo tribunal deprecado no prazo máximo de dois meses, a contar da expedição, que será notificada às partes, quando tenha por objeto a produção de prova. Passados 15 dias sobre o termo fixado para o cumprimento da Carta, sem que tal se tenha verificado, deve ser comunicada ao tribunal deprecante o motivo do não cumprimento desse prazo.

As Cartas Rogatórias são expedidas pela secretaria e endereçadas diretamente à autoridade ou tribunal estrangeiro, salvo tratado ou convenção em contrário. A expedição faz-se pela via diplomática ou consular quando a Rogatória é endereçada a um Estado que apenas receba cartas por essa via, caso o respetivo Estado não receba cartas por via oficial, a Rogatória é entregue diretamente ao interessado. Quando a Carta deva ser expedida por via diplomática ou consular é entregue ao Ministério Público, para a remeter pelas vias competentes.

Em relação à recusa legítima do cumprimento de uma Carta Rogatória, o artigo 180º determina que o tribunal deprecado apenas pode deixar de cumprir uma Rogatória se se verificarem algum dos seguintes casos: se não houver competência para o ato requisitado; se a requisição for para um ato que a lei proíba; quando haja dúvidas relativas à autenticidade da Carta; se a Carta não estiver legalizada, salvo se houver sido recebida por via diplomática ou se houver tratado, convenção ou acordo que dispense a legalização; se o ato for contrário à ordem pública portuguesa; se a execução da Carta for atentatória da soberania ou da segurança do Estado ou se o ato importar execução de decisão de um tribunal estrangeiro sujeita a revisão e que não se mostre revista e confirmada.

O recebimento e decisão sobre o cumprimento da Carta Rogatória cabe ao Ministério Público. As cartas rogatórias emanadas de autoridades estrangeiras são recebidas por qualquer via, salvo tratado, convenção ou acordo em contrário e pelo Ministério Público quando emanadas por via diplomática. É ainda o Ministério Público que se pode opor ao cumprimento da Carta e interpor recurso de apelação com efeito suspensivo do despacho de cumprimento. Caso na Carta Rogatória se peça a observância de determinadas formalidades que não repugnem à lei portuguesa, dar-se-á satisfação ao pedido e quando, para a execução do ato deprecado, não seja necessária a intervenção do juiz do tribunal solicitado, a Carta será cumprida sem a intervenção deste.

Após estar cumprida, a Carta Rogatória é devolvida e a sua junção ao processo é notificada às partes, contando-se dessa notificação os prazos que dependam do respetivo cumprimento.

Considerando toda a informação anteriormente apresentada é possível concluir de forma resumida que:

- Os pedidos de auxílio judiciário mútuo em matéria penal, na forma de Carta Rogatória, deverão ser elaborados de acordo com os requisitos dos arts. 23º e 151º da Lei 144/99 de 31.8.
- Os pedidos a endereçar às autoridades judiciárias francesas e espanholas poderão ser enviados diretamente, invocando-se, expressamente num como noutro caso, os acordos bilaterais celebrados com a República Portuguesa. O endereço das autoridades judiciárias competentes francesas ou espanholas deverá ser obtido por consulta do Atlas Judiciário Europeu, por solicitação de informação aos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia ou por contacto informal com o Serviço de Cooperação Judiciária Internacional da Procuradoria Geral da República.
- Nos casos em que se verifique envio ou receção direta de pedidos de auxílio e sua devolução, deverá ser prestada informação em conformidade à Procuradoria-Geral da República para fins estatísticos.
- Todos os demais pedidos, em que por razões de inexistência de Convenção ou Acordo ou por necessidade de tradução, o envio direto não se mostre possível, deverão ser enviados, diretamente à Procuradoria-Geral da República - Autoridade Central para encaminhamento para as competentes autoridades judiciárias estrangeiras ou para sua tradução e envio, caso a autoridade requerente não tenha assegurado a sua tradução.
- As cartas rogatórias de natureza urgente poderão ser enviadas através do canal INTERPOL, nos termos do art. 29º da Lei nº144/99 de 31.8. e art. 15º nº2 da Convenção Europeia de Auxílio Judiciário Mútuo em matéria penal, devendo um duplicado ser enviado à Procuradoria-Geral da República para sua transmissão pelas vias oficiais, com menção de que se verificou transmissão urgente e acompanhado de cópia da tradução que

acompanhou o pedido que seguiu pela via urgente, no caso de terem sido os serviços da Polícia Judiciária ou tradutores terceiros a efetuar essa tradução.

- A deslocação de magistrados e agentes da autoridade portuguesas ao estrangeiro, para acompanhamento da execução de pedidos de auxílio judiciário mútuo em matéria penal, carece de autorização ministerial, nos termos do art. 145º nº10 da Lei nº144/99 de 31.8.

1.3. Enquadramento Tradutológico

A tradução não se cinge a ser apenas um processo de transferência linguística, é também um ato de comunicação genuíno só por si. Para o tradutor, trata-se do processo de comunicar a mensagem de outrem por via de outra língua e isto implica o conhecimento de dois sistemas semióticos ao mesmo tempo. O que Bahtia (1997: 204) desenvolve:

This, among a number of other things, means awareness not only of the source text, the writer and the readers in the source language context, lexico-grammatical resources in the source language, generic conventions in the disciplinary culture, but also awareness of the target text (translation), the writer (translator) and the readers in the target language context as well as awareness of lexico-grammatical resources in the target language and the generic conventions associated with the relevant disciplinary resources in the target language. Bahtia (1997: 204)

Assim sendo, a tradução exige a exploração de sistemas socioculturais, mas também semióticos de duas línguas distintas de modo a ser possível fazer escolhas linguísticas e comunicativas apropriadas.

A classificação convencional da tradução em tradução geral, tradução literária e tradução especializada é bastante comum. Um dos autores que utiliza esta classificação é Snell-Hornby. Snell-Hornby (*apud* Albir 2007:47) manifesta-se claramente por um conceito que integra os estudos de tradução e propõe uma classificação que integra todo o seu âmbito.⁸ A autora situa um vasto espectro de textos na horizontal sem divisões e com uma transição gradual. Na orientação vertical é proposto um modelo estratificado, de macro e micro níveis que partem do mais geral (A) para o mais específico (D). Atente-se apenas nos níveis A e B que são os relevantes na classificação da tradução e onde se insere a linguagem jurídica como tradução especializada e, por conseguinte, as Cartas Rogatórias.

A tradução de textos especializados está marcada pelo termo *campo* já que o tradutor tem de ter conhecimentos no campo temático em questão para poder efetuar o processo tradutológico (Albir, 2007: 61). Gamero (*apud* Albir 2007: 61) ao referir-se à tradução escrita de textos técnicos destaca que as competências requeridas ao tradutor são:

⁸ Ver anexo 3 (pág. 64)

ter conhecimento temático, conhecimento da terminologia, conhecimento dos géneros característicos e capacidade de se documentar. É dada grande ênfase à capacidade do tradutor de se documentar, pois caso careça de conhecimentos especializados, deve superar essa falha com a sua capacidade de documentação, que lhe permitirá adquirir os conhecimentos necessários. Referindo ainda competência e capacidades do tradutor, parece ser pertinente aludir à seguinte citação:

Al producirse con el medio escrito, el traductor requiere una destreza de comprensión lectora en la lengua de partida y de producción escrita en la lengua de llegada; de ahí que el traductor tenga que ser un buen lector y un excelente redactor. (Gamero 1998, *apud* Albir 2007:61)

Contudo, Šarčević acrescenta a estes pré-requisitos outras competências, afirmando que um tradutor jurídico deverá possuir:

a thorough understanding of legal reasoning and the ability to solve legal problems, to analy[s]e legal texts, and to foresee how a text will be interpreted and applied by the courts. In addition to these basic legal skills, the legal translator should also possess extensive knowledge of the legal system and preferably the source legal system as well. Moreover, drafting skills and a basic knowledge of comparative law and comparative methods are also required (1997:113).

Ainda que Šarčević chegue à conclusão de que este tipo de tradutores é demasiado ideal, raramente havendo um profissional que reúna todas estas competências.

Centrando-nos já na linguagem jurídica em si, esta é uma linguagem técnica caracterizada por um alto grau de erudição e de formalismo linguístico e está repleta de termos técnicos, expressões latinas tanto jurídicas como não jurídicas, arcaísmos, abreviaturas e fraseologias referentes à microestrutura, bem como de uma sintaxe complexa, e uma série de convenções e regras formalizadas em relação à macroestrutura textual.

A linguagem jurídica diferencia-se de outras linguagens técnicas, como a das ciências exatas, cujo objeto é internacional, pelo facto de ela estar inserida num contexto nacional específico. Por esse motivo, até mesmo o português jurídico não é uniforme e varia segundo os sistemas jurídicos dos países falantes da língua portuguesa. Além disso, os aspetos anteriormente referidos da linguagem jurídica dificultam ainda mais a compreensão textual. Para Reichmann todos estes aspetos “tornam a tradução jurídica um

grande desafio, que somente pode ser enfrentado profissionalmente, com profundos conhecimentos linguísticos, tradutológicos e jurídicos” (2007: 90).

A tradução de textos especializados, como despachos de acusação ou sentenças penais, requerem do tradutor conhecimentos dos sistemas jurídicos das línguas e culturas de partida e de chegada de modo a obter uma melhor tradução dos termos técnicos.

A Carta Rogatória, tratando-se de um documento legal, insere-se na área de especialidade da tradução jurídica. Byrne (2006: 5) afirma que a tradução técnica é uma tarefa altamente complexa e que o estilo é uma das suas facetas mais importantes.

O propósito da tradução determina a escolha da sua metodologia e estratégia. O que quer dizer que não existe apenas um método de traduzir um texto de partida específico e que a decisão entre as escolhas de estratégia possíveis deve partir da função comunicativa ou de funções para as quais o texto de chegada é necessário. Uma tradução é considerada funcional, quando alcança o propósito pretendido, ou seja, quando “funciona” e é compreendida totalmente pelos seus recetores. Quando o propósito do texto é informar, tal como acontece no caso da Carta Rogatória, o texto traduzido deve prover a informação do texto original de forma clara e desambigua, para que seja facilmente entendida pelo seu recetor/destinatário. Contudo, e tal como é explicado por Nord (2006: 31), a funcionalidade não é uma qualidade inerente de um texto. É uma qualidade atribuída ao texto pelo seu recetor, aquando a receção da mensagem, ou seja, é o recetor que decide se e como um texto “funciona” para si próprio, numa situação específica. Naturalmente que diferentes recetores terão diferentes reações ao mesmo texto, e o tradutor apenas podem confiar na cooperação por parte dos leitores, para que o seu texto traduzido atinja a funcionalidade desejada.

Christiane Nord (1997: 51-55) distingue ainda dois tipos de tradução: a documental (*documentary translation*) e a instrumental (*instrumental translation*). A tradução documental funciona como metatexto, centrado no texto de partida, que procura reproduzir a mensagem de forma linear. Já a tradução instrumental tem o objetivo de produzir um instrumento na língua de chegada que leve a uma interação comunicativa nova entre o destinatário da cultura de partida e o público-alvo da cultura de chegada, usando o texto de partida como modelo. Estas duas noções são ainda divididas em mais subcategorias, mas apenas parece ser de relevância mencionar uma, que é a tradução literal que parte da tradução documental. A tradução literal consiste não só em apenas reproduzir as palavras

do texto original, mas também adaptar a estrutura sintática e as expressões idiomáticas à língua de chegada.

Ainda que a metodologia de tradução de textos jurídicos tenha seguido a tendência preferencialmente da tradução literal em oposição à tradução livre, ao traduzir Cartas Rogatórias é relevante manter em mente o estilo da língua de chegada. Por mais literal que uma tradução possa ser, o mais pertinente é que seja compreensível e de leitura confortável para os recetores. Quer isto dizer que o tradutor pode e deve servir-se da adequação do texto de partida à língua de chegada, desde que não comprometa o conteúdo e o valor do original.

Tomando o exemplo de uma das fraseologias compiladas na base de dados: “compulsados os autos”, que resultou no equivalente inglês “after analysing the records”, é possível denotar a adaptação ao estilo da língua de chegada. Na tradução perde-se o particípio passado do original e aplica-se o uso da forma verbal no gerúndio antecedido do advérbio de tempo *after*, de modo a indicar a noção de passado. Sendo que esta é uma construção característica e familiar à língua inglesa.

Porquanto a fidelidade no caso particular da tradução de Direito consiste em reproduzir o efeito jurídico, provocando um impacto equivalente no destinatário do texto de chegada, o que poderá exigir algumas alterações substanciais no texto de partida de modo a respeitar as convenções estilísticas da língua de chegada.

Por conseguinte, através desta nova visão da fidelidade, os tradutores jurídicos conseguiram dar um passo em frente na delimitação dos métodos a aplicar na tradução jurídica, desprendendo-se do pensamento geral de que a tradução jurídica é um processo mecânico definido pelo princípio da fidelidade ao texto de partida. Uma vez delineada a metodologia a aplicar ao projeto de tradução, o tradutor será livre de recorrer a diferentes estratégias que respeitarão a orientação geral delimitada pelo método escolhido.

É comum e natural que na tradução de um texto se percam alguns pormenores do original, mas estes “sacrifícios” são sempre feitos em prol de um texto de chegada robusto e adequado ao fim a que se destina (*fit for purpose*). Barlow (*apud* Olohan 2004: 13) manifestou-se acerca das possíveis discrepâncias que ocorrem naturalmente na transferência de uma língua para outra “of course, any particular translation will contain a number of idiosyncrasies and the translator in trying to get the best overall translation may have to make compromises...in order to get the best overall result.”. É possível ilustrar esta

situação de discrepância particularmente nas fraseologias, pois estas devem ser adaptadas à língua de chegada mantendo o sentido da língua de partida. Tomando o exemplo da fraseologia selecionada em português “corre termos neste tribunal”, que é extremamente frequente na Carta Rogatória, o seu equivalente alemão é “bei der Verfahrensabteilung der Staatsanwaltschaft ist (...) ein Ermittlungsverfahren anhängig”. É importante realçar que a frase completa em português é “Corre termos neste Tribunal [...], um Processo [...], registado sob o nº [...]”. Pode-se assim observar que a fraseologia portuguesa segue uma estrutura iniciada com o verbo “correr”, seguida do complemento de lugar “neste tribunal”, enquanto a fraseologia alemã se inicia com “bei der Verfahrensabteilung der Staatsanwaltschaft” que é o equivalente para “neste tribunal”, ou seja, em alemão a frase é iniciada com o complemento de lugar e não segue a mesma estrutura frásica que o português. Além do mais, o próprio termo equivalente de “tribunal” (PT) encontra uma tradução ajustada ao contexto em que se insere, pois a tradução palavra a palavra de “der Verfahrensabteilung der Staatsanwaltschaft”(DE) em português é “secção de processos do Ministério Público” e, esta é a tradução mais apropriada e utilizada nas Cartas Rogatórias alemãs, sendo por isso a que foi escolhida. Já a forma verbal alemã “abhängig” traduz a ideia de um processo (“Ermittlungsverfahren”) correr termos. Conclui-se então que apesar de estarem sintática e morfologicamente estruturadas de modos distintos, ambas as fraseologias convêm o mesmo significado e são as mais apropriadas no contexto da redação de uma Carta Rogatória.

A Carta Rogatória é um género textual extremamente interessante, pois é escrita com o principal propósito de ser traduzida. Ainda que cada país a escreva segundo as regras e convenções gramaticais e estilísticas associadas à sua língua oficial, consiste num documento que irá sempre passar por um tradutor antes de chegar ao seu destinatário final.

2. Metodologia

Quanto à metodologia seguida, apesar de parecer muito óbvio, primeiramente é importante delinear claramente o tema do trabalho, de modo a evitar reestruturações e redefinições de perspectiva a meio da realização da tarefa em si. O tema da base de dados terminológica apresentada neste projeto é a Carta Rogatória e a respetiva análise terminológica nas línguas portuguesa, inglesa e alemã.

Em segundo lugar, deve-se destacar que todo o trabalho terminológico tem de ter em conta o seu público-alvo. O conjunto de termos de uma disciplina especializada serão sempre os mesmos seja qual for o trabalho terminológico, no entanto a seleção precisa dos termos, o corpus⁹, o modo de apresentação dos dados e até o tipo de obra a ser editada são diferentes em função de cada situação e dos seus destinatários. Um público pouco especializado requer um tipo de trabalho acessível, de leitura e consulta fáceis, enquanto que um público muito especializado, contrariamente, rejeitaria um trabalho repleto de informação excessivamente básica. Ainda que nesta compilação terminológica sejam trabalhadas três línguas distintas, o público-alvo são tradutores portugueses que trabalhem com o par inglês e alemão. Idealmente um tradutor traduziria apenas para a sua língua materna, contudo essa não é a realidade atual e cada profissional deve desenvolver as suas capacidades e procurar servir-se das ferramentas mais apropriadas que tenha à sua disposição. A base de dados terminológica aqui apresentada está construída de forma a poder servir as necessidades tanto de um utilizador especializado na área, como de um utilizador que esteja no processo de se especializar no âmbito da tradução jurídica. Qualquer outro profissional da tradução, da área da terminologia ou da linguística também poderá ter interesse científico ou profissional nesta base de dados.

2.1 - Fase Inicial - Extração dos Termos

Esta primeira fase do projeto de preparação do trabalho foi iniciada com a recolha de documentação pertinente, ou seja, de diferentes Cartas Rogatórias nas três línguas

⁹ No plural “corpora”, é o conjunto de documentação e material escrito a partir do qual é feita a seleção e posterior extração de termos.

trabalhadas no projeto, o português, o inglês e o alemão. A leitura e análise da estrutura do documento nas diferentes línguas foram cruciais para a compreensão e familiarização com a tipologia do texto:

Corpora are a potentially useful resource for various aspects of the translator's work. The technical or specialized translator may use them to familiarize themselves with concepts from a specialized subject domain, to carry out terminological research, to study previously employed translation strategies and to review text-type and stylistic conventions. (Olohan 2004: 176)

Segundo Cabré (1993: 295), ao iniciar um trabalho terminológico sistemático é importante ter conhecimentos sobre quatro aspetos do tema desse mesmo trabalho:

- Os conteúdos do tema
- A documentação disponível
- O meio profissional no qual o tema se desenvolve
- A situação sociolinguística do domínio em questão

Ora, relativamente ao conhecimento de conteúdos, a autora do trabalho terminológico possui dois semestres de formação académica em Fundamentos em Ciências Jurídicas e o conhecimento específico do documento legal que é a Carta Rogatória advém da experiência profissional pessoal, enquanto tradutora ao serviço de um tribunal português.

A familiarização com os conteúdos do tema do trabalho e do seu sistema conceptual deve permitir a estruturação do campo, da noção, do setor de especialidade, que é a tradução jurídica.

É também necessário conhecer bem a documentação disponível de modo a poder seleccionar a mais adequada e a partir de qual será feita a extração dos termos. Note-se, no entanto, que a seleção e extração dos termos foram realizadas apenas a partir de documentação oficial em português, sendo que o público-alvo da base de dados são tradutores nativos da língua portuguesa que traduzam Cartas Rogatórias para outras línguas estrangeiras. Contudo, a base de dados terminológica não se restringe apenas a um público-alvo tão limitado, tal como foi anteriormente mencionado.

A escolha da documentação e a extração de termos é um processo crucial que deve ser feito com o máximo cuidado, uma vez que ao constituir a base de deteção das unidades terminológicas condiciona-se indubitavelmente o resultado final. Por este motivo, o corpus deve cumprir uma série de condições que garantam a fidelidade do produto final do trabalho.

O corpus deve ser adequado e por isso representativo do campo que trabalha, deve ser o mais completo e atual possível e deve ser extraído de um original, ou seja, deve estar expresso na língua que se trabalha, preferencialmente a uma tradução, por exemplo.

O passo seguinte a ser tomado é referido em Olohan (2004: 48), que afirma que assim que tenham sido tomadas as decisões relativas aos critérios de seleção de textos a ser incluídos no corpus e textos específicos tenham sido identificados, o processo de compilação pode ser iniciado.

2.2 Fase Intermédia - Tratamento dos Termos

A fase seguinte do processo de trabalho em terminologia sistemática consistiu na elaboração de uma lista de termos da área previamente delimitada e na organização dos mesmos de acordo com as características da tarefa a ser levada a cabo.

As atividades nesta fase seguiram-se de forma sequencial: a extração dos termos, a organização e delimitação das fichas terminológicas e o preenchimento das fichas terminológicas.

A extração consiste em retirar do corpus os elementos que se considerem termos próprios do campo de especialidade em que se trabalha. Após localizar os termos e fraseologias nos textos e delimitar o segmento que os representa, determina-se assim a sua pertinência para o trabalho. Esta base de dados não contempla apenas termos específicos e de alta distribuição da linguagem jurídica presente na Carta Rogatória, mas também fraseologias.

Gläser (*apud* Cowie 2001: 125) define uma “unidade fraseológica” como um grupo de palavras lexicalizado, reproduzível de modo bilexical ou polilexical de uso comum, que tem estabilidade sintática e semântica, que pode ser idiomatizado, que pode ser conotativo

e que pode ter uma função empática ou intensificadora num texto. Estas fraseologias selecionadas e extraídas exatamente por serem estruturas constantes e recorrentemente utilizadas em qualquer documento deste género.

Em relação à organização das fichas terminológicas, cada entrada será apresentada da seguinte forma:

- Termo em português, tal como foi extraído do corpus original;
- Definição breve e sucinta do termo;
- Exemplo do contexto em que se insere o termo em questão;
- Equivalentes do termo em inglês e em alemão com o seu respetivo campo de contexto e indicação da fonte do mesmo;
- Parâmetro denominado “observações” em inglês ou alemão de preenchimento facultativo, caso seja necessário explicitar uma diferença entre sistemas judiciais ou mencionar algum sinónimo que também seja de alta distribuição.¹⁰

Note-se ainda que não foi incluído um parâmetro reservado para o género nem número do termo, por não ter sido considerada informação de elevada relevância. Apenas no parâmetro do equivalente em alemão é indicado o género do termo por se tratar de informação importante para qualquer um que não seja falante nativo ou altamente proficiente na língua alemã. O termo tem a indicação de “*m*” para o género masculino, de “*f*” para o género feminino e de “*n*” para o género neutro.

Não foi sentida necessidade de expressar o género em português devido ao facto do público-alvo ser constituído por tradutores nativos da língua portuguesa. O mesmo sucedeu com o inglês, por ser uma língua que não é flexionada em género. A língua inglesa é habitualmente descrita como não sendo possuidora de género, apesar de a distinção de género se suceder no inglês a partir do uso de palavras diferentes ou por recorrer ao uso de determinantes, por exemplo.

Os termos estão inseridos nas fichas na forma singular e escritos com letra minúscula, à exceção dos nomes em alemão, que de acordo com as regras gramaticais da língua são sempre escritos com letra maiúscula.

¹⁰ O parâmetro “observações” reservado à língua portuguesa foi preenchido maioritariamente para colocar a forma por extenso de uma abreviatura.

Os verbos foram sempre inseridos no modo infinitivo, ainda que no corpus não aparecessem assim representados.

O parâmetro “definição” aparece somente associado à forma portuguesa. Procura-se que respeite a adequação geral aos princípios linguísticos e semânticos, a adequação específica ao domínio temático e a sua expressão. Aqui é esclarecido brevemente o que o termo significa e representa. A maioria das definições foi retirada do Dicionário Jurídico – Volume II – Direito Penal e Direito Processual Penal por se tratar de uma fonte de informação muito reconhecida e credível.

Em termos de contexto, este deve ser retirado de uma fonte o mais viável e fidedigna possível. A função deste parâmetro é ilustrar o uso de um termo e ser representativo da sua utilização real no discurso especializado. O contexto é mantido igual ao original de onde foi retirado. Como fontes de contexto foram privilegiados websites como o EUR-Lex (<http://eur-lex.europa.eu/>), o e-justice (<http://e-justice.europa.eu>) e o website oficial da União Europeia (<http://europa.eu/>) por serem fontes reconhecidas e fiáveis, apropriadas para ilustrar o uso de cada termo.

Tanto a definição como o contexto são apresentadas entre aspas e no final é indicada a fonte a partir da qual a informação foi recolhida.

Os equivalentes nas línguas estrangeiras foram encontrados e retirados de bases de dados e de dicionários online fidedignos e de dicionários de especialidade em suporte de papel. Na base de dados é, naturalmente, apresentada a fonte dos equivalentes em inglês e alemão.

Ainda que geralmente as formas abreviadas não integrem fichas terminológicas, elas são figuradas nesta base de dados por se considerar de grande importância o entendimento e a familiarização com as mesmas. Nesta base de dados, as formas abreviadas dos termos são vistas como unidades terminológicas que são propriamente identificadas na coleção terminológica.

A pesquisa e o trabalho terminológico levaram à conclusão das diferenças mais marcantes entre as distintas línguas e linguagens jurídicas, de entre elas, salientam-se:

- A alta distribuição de termos na língua inglesa que recorrem a equivalentes em latim. Apesar de em português também serem usadas expressões latinas com muita frequência como *data supra*, *ex vi*, entre outras, o inglês recorre ao latim para termos, como por exemplo, “*in absentia*”, o equivalente inglês de “contumácia”.

- A linguagem jurídica portuguesa é carregada de formalidades. Por exemplo, a referência a advogados e juízes é sempre antecedida da fórmula “Dr”, o que não acontece com o inglês e o alemão. São também usadas com muita frequência as fórmulas “Mm^{o(a)}” (Meritíssimo/a) e “V^a Ex^a”, o que não se sucede nas outras duas línguas aqui trabalhadas.

2.3. Fase Final – Revisão e Validação dos Termos

Na revisão de um trabalho de terminologia intervêm habitualmente especialistas na matéria e especialistas em metodologia terminológica.

No caso deste projeto específico, a revisão foi assegurada inicialmente pela própria autora do trabalho. E seguidamente, de modo a obter uma retificação mais aprimorada e validação terminológica, a revisão foi feita por docentes do Departamento de Línguas e Culturas, especialistas em Tradução Jurídica e em Terminologia e falantes nativas, num caso, de língua inglesa e, noutro caso, de língua alemã. As especialistas deram o seu parecer crítico em relação ao produto final do projeto.

Assim, foram revistos os aspetos relativos à especialidade temática: o corpus, a estruturação conceptual do campo de trabalho, a lista dos termos incluídos e a validade das definições e das equivalências nas línguas estrangeiras. Em termos da metodologia terminológica foram revistos os dados que dizem respeito à estruturação geral do trabalho, à aplicação dos princípios metodológicos e à representação das informações recolhidas.

Ainda na fase final do projeto foi feita a conversão da base de dados para a ferramenta *Multiterm*.

The screenshot shows a Microsoft Excel spreadsheet titled 'glossario - Microsoft Excel'. The spreadsheet is set up as a table with the following columns: **Português**, **Definição**, **Contexto**, **Observações**, **Inglês**, and **Fonte**. The first entry is for 'carta rogatória', which is defined as a request for judicial assistance from a national authority. The second entry is for 'tribunal judicial', defined as a court of law. The table is formatted with a light blue header row and alternating light blue and white data rows.

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte
carta rogatória	A carta rogatória, por definição, transmite um pedido de auxílio judiciário, formulado por uma autoridade judiciária nacional, com vista a possibilitar a investigação ou o julgamento de determinados factos, a uma autoridade judiciária estrangeira. http://www.pgr.pt/Circulares/leitextos/2002/2002_04.pdf	Os pedidos de auxílio judiciário em matéria penal, designadamente os que revestem a forma de carta rogatória, encontram-se previstos e regulamentados em normas convencionais e, subsidiariamente, na lei interna. http://www.pgr.pt/Circulares/leitextos/2002/2002_04.pdf		letter rogatory	http://ate.europa.eu/SearchByQuery.do?method=searchDetail&llid=764998&langid=&query=C3%3a%20rogat%C3%3a%20ria&source=language=pt&domain=0&matching=&start=0&next=1&target=nauges-en
tribunal judicial	Os tribunais judiciais são os tribunais comuns em matéria civil e criminal e exercem jurisdição em todas as áreas não atribuídas a	Incumbe aos Tribunais Judiciais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law/3A_contracts/3286622-		judicial court	A Judicial Court composed of judges, public prosecutors and support staff, in accordance with Constitutional and legal order, which will act as a court of first instance as in any ordinary judicial court.

Fig.1 - Vista da formatação inicial da base de dados, em *Excel*.

O *Multiterm* é uma ferramenta muito vantajosa para o trabalho de tradução, pois é possível inserir juntamente com cada entrada terminológica, outros campos de informação adicional. Podem-se incluir campos como definições, contexto, informação genérica, fontes e imagens (o que pode ser muito útil para encontrar o equivalente mais adequado em certas áreas de especialidade).

O *Multiterm* reconhece várias línguas e as suas variações segundo os países a que estão associadas, ou seja, é possível optar entre português europeu e português do Brasil, entre inglês britânico e inglês americano, por exemplo.

Esta ferramenta tem duas vistas distintas, a *term view* e a *catalog view*. A *term view* é o espaço de trabalho por assim dizer, é onde se pode adicionar e gerir as entradas terminológicas. A *catalog view* é o espaço onde se podem fazer alterações ao *display* da base de dados. É também a partir do *catalog* que se fazem as importações e exportações de bases de dados que podem posteriormente ser partilhadas.

Para propósitos de impressão e de consulta facilitada, a base de dados terminológica completa em formato de tabela, apresentando as três línguas trabalhadas, encontra-se anexada no final deste documento (a partir da página 59, por ordem

alfabética). Em seguida está também, anexada para consulta, a tabela de fraseologias nas em português, inglês e alemão.

Note-se ainda que o *Multiterm* apenas reconhece o inglês como língua operadora do programa e, por essa razão, os parâmetros acima mencionados na fase intermédia da metodologia foram traduzidos para inglês, sendo que: “definição” passa a “definition”, “contexto” passa a ser “context” e “observações” passa a “notes”.

Foi também nesta fase final que foi inserido o género dos termos em alemão, já na base terminológica convertida da ferramenta, por meio de uma “picklist” anteriormente criada.

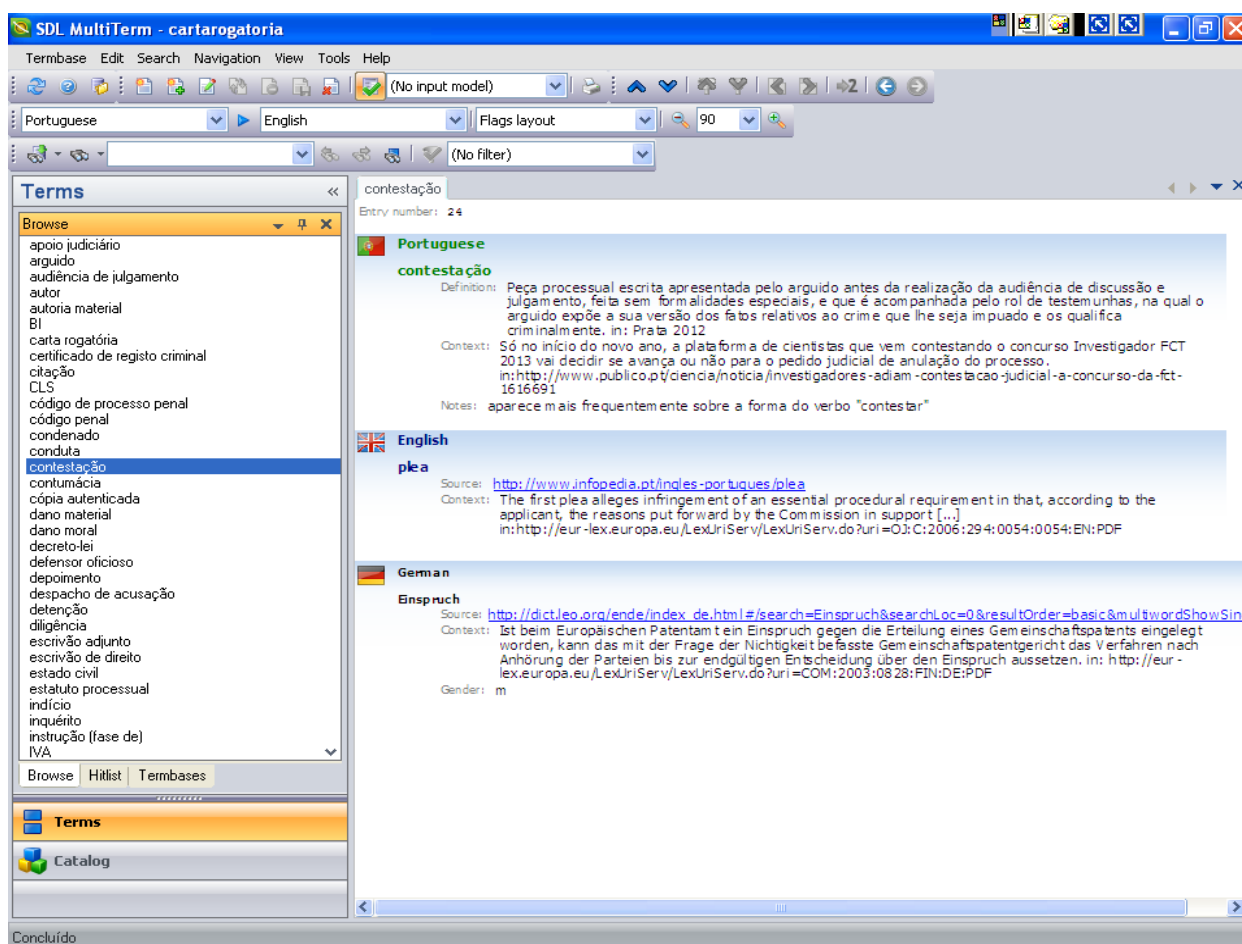


Fig.2 - Vista da formatação da base de dados, na ferramenta *Multiterm*.

Anexado a este documento encontra-se um CD-ROM onde foram inseridos os ficheiros em formato *Multiterm* para poderem ser acedidos num computador no qual o programa esteja instalado.

3. Terminologia

3.1. Contextualização

A terminologia tem-se vindo a destacar cada vez mais enquanto uma ciência independente, visto ser de uma disciplina nuclear nos planos de estudos em línguas e, mais especificamente, na formação de tradutores profissionais.

Com a evolução e desenvolvimento sistemático da ciência e da tecnologia, a comunicação precisa em áreas especializadas torna-se importantíssima. “Paralelamente ao aumento do conhecimento humano em todos os campos, cresceu também de forma constante o volume de léxicos especializados” (Picht 1989: 17). Existe a dificuldade de comunicação, cada vez mais frequente, entre leigos, mas também entre especialistas, por vezes até pertencentes às mesmas áreas especializadas. Assim, torna-se crucial registar os novos termos que vão surgindo, explicitá-los e determinar o seu significado exato, de modo a promovê-los e expandi-los aos interessados dessa área específica.

Estes problemas de comunicação acontecem numa determinada língua, no entanto estas dificuldades estendem-se naturalmente para duas ou mais línguas distintas quando os interlocutores são de nacionalidades diferentes. Ora, a colaboração internacional nas mais distintas áreas de estudo e trabalho tem tendência a aumentar cada vez mais com o passar do tempo e a evolução da ciência. Há, portanto, a necessidade de recorrer à tradução especializada.

Tendo em conta que a terminologia nasce como uma disciplina monovalente ao serviço da comunicação entre especialistas, o seu desenvolvimento tem-lhe vindo a conferir um carácter cada vez mais polivalente e seletivo que serve para melhor atender às necessidades humanas suscitadas pela nova cultura. Deverá também aproximar as pessoas da tecnologia, consequentemente melhorando a sua qualidade de vida e as suas relações interpessoais, que vão sendo cada vez mais amplas e complexas (Cabré 1993: 29).

A terminologia tem funcionalidades e propósitos diferentes consoante quem a trabalha ou quem dela se serve. Apesar de funcionar par a par com as linguagens de especialidade, a terminologia tem várias finalidades, todas elas relacionadas com o mundo da comunicação e da informação. Não é fácil estabelecer uma visão uniforme da terminologia, contudo é possível determinar um conjunto de hipóteses de base divididas

pelas diferentes aproximações a esta disciplina. Cabré (1993: 37) distingue quatro perspectivas que levam a focos distintos sobre o estudo e a prática da terminologia:

- a) Para os linguistas, a terminologia é uma parte do léxico especializada por critérios temáticos e pragmáticos.
- b) Para os especialistas, a terminologia é o reflexo formal da organização conceptual de uma especialidade e um meio inevitável de expressão e de comunicação profissional.
- c) Para os utilizadores (diretos e intermediários), a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, úteis e práticas, cujo valor se mede em função da economia, da precisão e da adequação.
- d) Para os planificadores linguísticos, a terminologia é um âmbito da linguagem onde se deve intervir para reafirmar a existência, a utilidade e a sobrevivência de uma língua e para garantir, mediante a sua modernização, a sua continuidade como meio de expressão.

Estas quatro divisões podem ser condensadas em dois grandes grupos já acima mencionados: os que se servem da terminologia para a comunicação direta ou através de intermediários e os que a trabalham, seja com a finalidade de produzir bases de dados ou de facilitar a comunicação. Assim sendo, podemos afirmar que a terminologia apresenta duas relações diferentes, mas relacionadas entre si: a dimensão linguística e a dimensão comunicativa.

O tradutor pode ser inserido entre esses dois grandes grupos, uma vez que consoante a tarefa e tipo de projeto que se proponha a desenvolver, tanto pode ter o papel de utilizador e servir-se da terminologia como uma ferramenta de apoio ao seu trabalho de forma direta, como pode ser o autor de uma base terminológica em qualquer área que esteja a trabalhar e crie assim também uma ferramenta que possa ser utilizada no futuro pelo próprio e por colegas de profissão.

3.2. A Terminologia enquanto ferramenta de tradução

A atividade da tradução especializada é cada vez mais aclamada e justificada, visto que o número de textos de especialidade aumenta sem cessar e é verificada a necessidade de difundir os conhecimentos nas diferentes línguas do globo. Contudo, a tradução especializada é apenas possível se houver acesso ao léxico da área em questão, por outras palavras, à terminologia. Desde a perspectiva do utilizador, a terminologia é um conjunto de unidades de comunicação, que se avaliam em função de critérios de economia, precisão e adequação segundo a definição de Cabré (1993: 37). Logo, se os especialistas são por definição os utilizadores da terminologia, os tradutores podem ser considerados utilizadores prioritários, uma vez que facilitam a comunicação entre os especialistas.

A terminologia facilita aos tradutores a translação de um conteúdo de uma língua para a outra. Este processo implica a compreensão do texto inicial, portanto implica o conhecimento das formas terminológicas específicas na língua de partida, visto que é a partir da terminologia que os textos especializados veiculam os conhecimentos. Naturalmente isto significa que um tradutor técnico deve possuir conhecimento dos conteúdos da disciplina que traduz.

A pesquisa terminológica pode ser uma atividade muito dispendiosa em termos de tempo, especialmente se o tradutor não tiver formação nem experiência na área em questão, pois vê-se obrigado a acelerar uma familiarização que seria, preferencialmente, gradualmente evolutiva. E assim surge a necessidade de criar ferramentas de apoio como glossários e bases de dados de especialidade em diferentes línguas, de modo a facilitar o trabalho do tradutor.

A comparação de terminologia em línguas distintas não é apenas importante para o tradutor, mas também uma parte relevante no processo de transferência de tecnologia e conhecimento. Este processo de transferência é feito a partir da superação das barreiras linguísticas por parte do tradutor, que possibilita aos falantes da língua de chegada depreender os novos conhecimentos.

A terminologia de que os tradutores necessitam, para além de termos equivalentes noutras línguas, deve conter contextos que forneçam informação de como utilizar linguisticamente cada unidade e, preferencialmente, dados sobre o conceito que a

denominação expressa, a fim de garantir a utilização da forma precisa, que corresponde a um determinado conteúdo.

Os autores de dicionários técnicos bilingues ou multilingues partem do princípio que as estruturas terminológicas refletem estruturas objetivas da realidade. Contudo, a estruturação da realidade de uma língua de especialidade pode não coincidir em duas línguas distintas, especialmente em campos pouco estruturados como o das ciências humanas ou sociais.

Assim sendo, a equivalência terminológica é a chave da terminologia multilingue.

4. Equivalência na Tradução

É chamada equivalência à condição prévia de poder relacionar um termo de uma língua com o seu equivalente noutra língua havendo uma ampla concordância conceitual entre ambos os termos, segundo a definição de Arntz e Picht (1995: 187).

A maior dificuldade para o trabalho terminológico bilingue ou multilingue reside no facto de cada língua efetuar a classificação conceptual da realidade de forma diferente. Arntz e Picht fornecem um bom exemplo explicativo desta condição:

Un ejemplo especialmente ilustrativo son las palabras que designan colores. Dado que en la propia naturaleza los colores no se manifiestan claramente diferenciados sino que se confunden en el espectro cromático, no puede haber una clasificación que venga dada por la cosa misma y que sea generalmente válida. Por eso, precisamente en el caso de las palabras que designan colores, se pueden constatar intersecciones y diferencias de significado, en parte considerables, entre las distintas lenguas. (Arntz e Picht: 1995: 187)

Outro exemplo é da palavra inglesa “flower” (EN)/ “flor” que em alemão corresponde tanto a “Blume” (DE) como a “Blüte” (DE). Por outro lado os conteúdos da palavra alemã *Uhr* (DE)/ “relógio” em inglês repartem-se entre “watch” (EN), “clock” (EN) e “timepiece” (EN).

As diferenças entre conceitos são especialmente problemáticas no que toca a palavras abstratas e apesar destas dificuldades se manifestarem em especial na língua comum, não se limitam exclusivamente a esta. Aparecem problemas semelhantes nas terminologias específicas dependendo da especialidade, sendo que “nas terminologias jurídicas as diferenças interlinguísticas entre conceitos estão especialmente marcadas.” (Arntz e Picht 1995: 188). Ainda que as diferenças entre conceitos sejam especialmente marcadas, os equivalentes encontrados nesta base de dados terminológica são os mais adequados para efeitos da Carta Rogatória, como se pode ilustrar com o seguinte exemplo: o termo “ofendido” encontrou o seu equivalente inglês em “victim” (EN), no entanto “injured party” (EN) é outro termo que se mostra ser utilizado com bastante frequência para transmitir este mesmo conceito. Também o equivalente alemão encontrado para “ofendido” foi “Geschädigter” (DE) por ser o mais apropriado a ser aplicado neste contexto legal e da Carta Rogatória. É ainda de salientar que quando estas discrepâncias

são verificadas ou existe mais do que um equivalente de alta distribuição para um determinado termo, tal é referido no parâmetro “observações” da base de dados, de modo a clarificar e a expandir a informação.

O vocabulário especializado do direito está sempre sujeito a um determinado ordenamento jurídico, que se foi desenvolvendo no decorrer de um percurso histórico e que difere do resto dos ordenamentos jurídicos; o que significa que a atividade terminológica do campo do direito está sempre ligada à análise detalhada dos conceitos que regem a especialidade. Isto também sucede nas áreas de especialidade das ciências naturais e da tecnologia, no entanto contrariamente à área de especialidade do direito, geralmente a área temática é concreta e não está ligada a uma determinada língua, o que facilita significativamente a comparação de terminologias.

A ciência da tradução dedica-se, entre outras coisas, à procura de critérios de avaliação de correspondência formais e conceptuais entre textos em línguas distintas. Há dificuldade em encontrar estes critérios, pois as traduções diferem frequentemente do ponto de vista formal e, contudo, são consideradas corretas do ponto de vista conceptual. Os limites entre a forma e o conteúdo são difíceis de traçar e por essa razão, a interpretação subjetiva desempenha um papel importante.

Por isso mesmo, não é de estranhar que o conceito de “equivalência” seja dos mais importantes, ainda que dos mais controversos para a tradutologia. Diferentes autores conferem diferentes definições do conceito desde que o mesmo apareceu pela primeira vez. Logo em 1947, Eugene Nida cunhou o termo “equivalência dinâmica” com a intenção de clarificar que a equivalência na tradução não é uma relação estática entre elementos de sistemas de linguagem (Nida 1964 *apud* Trosborg 1997: 44).

Especialmente problemáticas neste sentido são as conotações, ou seja, as associações emotivas que para os falantes estão ligadas a determinadas palavras e que não têm só a ver com o nível estilístico, mas antes com a implicatura linguística¹¹. Baker (1992: 217) refere a implicatura num capítulo dedicado à equivalência pragmática e explicita “Pragmatics is the study of language in use. It is the study of meaning, not as generated by the linguistic system but as conveyed and manipulated by participants in a

¹¹ Grice (1975 *apud* Baker 1992: 223) usa o termo “implicatura” para se referir ao que o falante quer dizer ou implica em oposição ao que literalmente diz.

communicative situation”. Ora quer isto dizer que, para possuir equivalência pragmática, um texto terá de ter coerência e implicatura.¹²

Para ilustrar o que foi dito anteriormente pode-se tomar o exemplo da palavra “diligência” retirada da base de dados, que tem o seu equivalente inglês em “proceeding”(EN) e em alemão “Maßnahme”(DE). É quase impossível comprovar, de forma objetiva, que os sentimentos de um falante português correspondem efetivamente aos sentimentos despertados num falante alemão ou inglês ao ser confrontado com este mesmo termo na sua língua nativa. Por estas razões torna-se difícil fazer afirmações categóricas sobre o grau de concordância que pode existir entre os referidos termos no que se refere ao conteúdo conceptual. Apesar de na área da linguística terem sido elaborados uma série de critérios de comparação, o importante papel da valorização subjetiva do tradutor continua a ser examinado, incluindo quando se trata de comparar palavras isoladas da língua comum. Pode-se concluir, então, que os problemas em encontrar equivalências em terminologias se centram no fator decisivo da compreensão conceptual do termo.

No âmbito das linguagens de especialidade as condições prévias de comparação interlinguística são mais favoráveis do que na língua comum. O que importa neste caso é o termo definível ou definido, enquanto que as conotações desempenham um papel subordinado, se é que podem ser consideradas de algum interesse.

Um conceito apenas pode ser concebível dentro de um sistema em que se encontre inserido. Por isso, é necessário elaborar ou detetar previamente sistemas de conceitos em duas línguas separadamente, para que possa ser feita a comparação posteriormente. Para que seja possível elaborar estes sistemas de conceitos em duas línguas distintas, é preciso reunir em primeiro lugar, todo o tipo de informação adicional necessária para a clarificação de cada conceito individual, sobretudo a indicação das fontes, da definição e do contexto, tal como foi feito neste projeto terminológico anexado no final deste documento. Esta informação mencionada é também indispensável para a posterior comparação de sistemas de conceitos e dos conceitos individuais de cada língua. É sobretudo importante quando os

¹² A coerência de um texto é o resultado da interação entre o conhecimento apresentado no texto e o próprio conhecimento e experiência do leitor. Ainda que um determinado texto possa ser coerente para um leitor e não o ser para outro, dependendo dos conhecimentos de cada um deles. Quanto à implicatura, que não deve ser confundida com o significado não-literal, é a questão de como é que compreendemos mais do que o que foi realmente dito.

sistemas de conceitos comparados são muito diferentes relativamente à sua estrutura, por exemplo o caso de instituições jurídicas ou sistemas escolares diferentes.

Arntz e Picht (1995: 191) afirmam que em princípio dois termos são considerados equivalentes quando toda e qualquer uma das suas características coincidem, ou seja quando há identidade conceptual. Se dois conceitos forem decompostos nas suas características e estas forem comparadas podem dar-se distintos casos de equivalência, sendo eles: a equivalência conceptual plena, a interseção conceptual, a inclusão e a equivalência conceptual inexistente.

A equivalência conceptual plena dá-se quando é verificada a concordância formal plena. A interseção conceptual dá-se quando se verifica uma grande concordância de modo a que dois termos possam ser considerados equivalentes. A inclusão dá-se quando o conceito A está incluído no conceito B e para além disso, o conceito B inclui uma ou várias características adicionais. A equivalência conceptual inexistente, tal como o seu nome dá a entender, refere-se especialmente aos “falsos amigos” (*false friends*), que são denominações cuja aparência induz em erro e a pensar na correspondência semelhante dos conceitos, apesar da dita semelhança conceptual não existir ou apenas acontecer em pequenas proporções.

O aparecimento de entraves e problemas de tradução como a combinação de sistemas de conceitos, comparação de definições ou de vazios terminológicos é frequente no campo da jurisprudência. O ponto fulcral da problemática é a diferença entre os vários sistemas jurídicos que tornam a elaboração de terminologias jurídicas em várias línguas uma tarefa não só linguística, mas também jurídica. Torna-se assim necessário considerar as diferenças estruturais das línguas, tal como as diferenças resultantes do próprio ordenamento jurídico, ou seja, não se traduz apenas um termo jurídico de uma língua para outra, mas coloca-se um conceito jurídico distinto ao alcance do destinatário da língua de chegada com que este esteja familiarizado.

Nord (*apud* Trosborg 1997: 44) resumiu os principais entraves que podem aparecer no modelo da equivalência:

- Apesar de haver referências esporádicas a aspetos pragmáticos (tal como a função ou o efeito comunicativo), o modelo da equivalência centra-se essencialmente nas qualidades estruturais do texto de partida, perdendo desse modo a inter-relação intrínseca entre os fatores de interação comunicativa extra e intratextuais.

- Considerando as definições divergentes do seu conceito básico, o modelo da equivalência tem falta de consistência. Muitos académicos enaltecem o “literalismo” como a melhor forma de atingir a equivalência, enquanto outros permitem certos processos de adaptação, paráfrases ou outros processos não-literais em casos específicos e bem definidos.

- Tendo a sua base num conceito aparentemente “universal”, o modelo de equivalência não tem em conta as diferenças específicas da cultura em conceitos de tradução. Sendo que a tradução é de uma atividade humana, esta tem lugar dentro de limites de uma cultura e comunidade particular, contudo a tradução está vinculada a ser guiada por normas e convenções específicas de uma cultura, ainda que as diferenças possam não ser extraordinárias entre alguns grupos de culturas ou até dentro de algumas áreas de culturas, como por exemplo a chamada “cultura ocidental”.

- O modelo de equivalência exclui os textos da língua de chegada que não satisfaçam o critério de equivalência, tal como as versões interlineares, a tradução filológica ou adaptações, ainda que seja um facto bem estabelecido que essas formas são recorrentemente pedidas na prática profissional da tradução.

- No modelo de equivalência, o texto de partida e o seu “valor” são considerados ser o único *standard*, para o qual o tradutor tem de subordinar qualquer decisão no processo de tradução. Consequentemente, este modelo parece perpetuar o baixo prestígio social que o tradutor tem, cuja atividade é habitualmente considerada ser uma espécie de “nurturing profession” (Pym 1993: 55 *apud* Trosborg: 1997: 45).

Apesar de todas estes entraves apresentados por Nord, a noção de equivalência, quando se trata de um texto de especialidade e mais especificamente de um texto jurídico adquire um significado particular, no sentido de que os aspetos culturais e as divergências sociopolíticas dos sistemas legais determinam o uso dos termos presentes na documentação oficial, tal como a Carta Rogatória.

Conclui-se, fazendo referência às palavras de Albir (2007: 223) que afirma que “La equivalencia traductora no implica igualdad, precipción, ni fijación. Al contrario, al ser contextual por naturaleza no puede sino ser funcional, relativa, dinámica y flexible.”.

5. Problemas encontrados e superação dos mesmos

Wright e Budin (1997: 149) reconhecem e enumeram uma série de limitações que possivelmente poderão ser impostas ao tradutor no processo de gestão de terminologia, como:

- Os tradutores podem não ser especialistas no campo/área em questão;
- Os materiais de pesquisa disponíveis na língua de partida e na língua de chegada podem ser inadequados;
- A falta de acesso a especialistas;
- Datas de entrega curtas podem levar à negligência do trabalho de pesquisa terminológica;
- Mesmo havendo documentação disponível, existe falta de tempo para criar entradas terminológicas extensas e minuciosamente documentadas.

Os conhecimentos da autora na área jurídica não poderão ser considerados de especialista. No entanto, ao afunilar o campo de trabalho nas Cartas Rogatórias é possível afirmar que a mesma possui experiência significativa em trabalhar com e em traduzir este tipo de documentação legal.

Foi feita uma seleção extremamente cuidadosa dos materiais de pesquisa e dos *corpora*, sendo que este também não foi um problema sentido de forma relevante.

Quando se apresentaram problemas ligados à especialidade tanto terminológica como jurídica foi possível esclarecer toda e qualquer dúvida que surgisse recorrendo ao apoio da orientadora e de outros Professores. Foram clarificados problemas em distinguir a denominação de diferentes classificações de juízes, em termos de função e poder hierárquico em português junto do Professor de Fundamentos em Ciências Jurídicas, de modo a facilitar a compreensão e encontrar o equivalente mais apropriado em inglês e alemão.

Em relação ao tempo ou à falta dele, apesar de terem havido alturas de maior pressão estas foram mais fortemente sentidas no processo de elaboração do relatório. Todo o processo de compilação da base de dados terminológica e das fraseologias foi evolutivo a um ritmo natural. Isto conferiu tempo suficiente para a recolha de informação, tratamento de termos e uma revisão minuciosa dos mesmos.

Passando para uma reflexão mais específica sobre este projeto, uma questão que é recorrente na elaboração de qualquer tarefa terminológica é o critério pelo qual se devem selecionar os contextos.

Regra geral, o tipo de contexto mais estimado na terminologia é o contexto definatório e é também importante que seja retirado de fontes fidedignas. Os contextos apresentados neste trabalho não são maioritariamente definitórios, pois foi criado um parâmetro específico para apresentar a definição de cada termo em português, tendo, por isso, sido considerado um pouco redundante essa escolha de contexto. E a direção tomada foi outra que demonstrasse o termo inserido habitualmente num texto, sem ser necessariamente descritivo. Finalmente, em relação ao contexto, foi por vezes um pouco difícil manter a consistência em fontes associadas somente a um país onde a língua oficial é o inglês ou o alemão, tendo havido preferência com textos em inglês britânico e em alemão da Alemanha.

Um dos entraves iniciais foi a escassez de informação acerca da Carta Rogatória e da sua tradução. Infelizmente não há muita literatura dedicada a este tipo de texto em específico, apesar da informação geral acerca da tradução jurídica ser bastante vasta, mesmo que nem sempre seja muito atual. Ainda que partes deste projeto tenham sido baseadas em trabalhos e teorias que podem ser consideradas antigas, o facto de ainda continuarem a ser constantemente mencionadas e referidas em obras mais atuais atesta a sua relevância e pertinência.

Na fase final da construção da ferramenta terminológica, aquando da conversão do documento *Excel* para a ferramenta de tratamento de terminologia *Multiterm* houve alguns problemas técnicos, que desconfiguraram segmentos da base de dados convertida. Após alguns ajustes na formatação do documento original, a segunda tentativa obteve sucesso e resultou na base de dados bem organizada e sem qualquer problema de navegação.

Em termos de tradução e obtenção de equivalentes, os termos “juízo criminal” e “escrivão de direito” foram particularmente difíceis de encontrar na língua alemã. Para “juízo criminal” inicialmente apareciam várias opções em recursos online, mas nenhuma que tivesse uma referência fidedigna ou que traduzisse o termo como um todo, ou seja, apareciam as duas palavras traduzidas separadamente. Finalmente e com o apoio da coorientadora, chegou-se ao termo equivalente *Strafkammer* (DE), que é o mais apropriado para efeitos do género textual a ser aqui tratado. Quanto a “escrivão de direito”, após se ter

chegado ao seu equivalente alemão *Protokollführer* (DE), parecia impossível encontrar uma fonte de contexto que fosse apropriada e fiável. Por fim, encontrou-se um contexto a partir do “Google Académico”, que levou a um texto onde *Protokollführer* (DE) era empregado no contexto e na conjuntura legal desejada.

Na língua inglesa, um entrave que surgiu foi a procura do equivalente mais acertado para o termo “diligência”. Primeiramente obteve-se o equivalente quase direto *diligence* (EN). Contudo, após pesquisa mais aprofundada, comparação de contextos da Carta Rogatória e leitura de textos paralelos em inglês, chegou-se ao equivalente *proceeding* (EN), que à primeira vista pode ser considerado mais genérico, mas que neste contexto é o mais adequado.

Finalmente, um termo que gerou alguns problemas foi o equivalente alemão de “arguido”. Ao pesquisar o equivalente encontram-se várias opções como *Beklagte* (DE), *Angeklagte* (DE), *Beschuldigter* (DE) e até *die beschuldigte Partei* (DE). Inicialmente, o termo selecionado foi *der Beklagte*, contudo na fase de revisão do trabalho foi feita uma pesquisa mais aprofundada de validação do termo, tendo-se chegado à conclusão que não era o mais apropriado. Após leitura e análise de Cartas Rogatórias alemãs pode-se conferir que o termo recorrente é *Beschuldigter* para “arguido”. A pesquisa levou ainda à conclusão que apesar de *Beschuldigter* ser o mais frequente, também se utiliza o termo *Angeklagte* no domínio do direito penal. Enquanto que *Beklagte* apenas deve ser empregado para efeitos do direito civil.

6. Conclusão

A elaboração deste projeto permitiu pôr em prática conhecimentos de terminologia, teoria da tradução e ferramentas de apoio à tradução adquiridos ao longo da formação académica da autora do projeto. Possibilitou também a aprendizagem de novos conhecimentos no que diz respeito à área de especialização em Ciências Jurídicas do mestrado em Tradução Especializada. A especialização na tradução de numa área específica não se restringe a conhecimentos teóricos, mas também passa pela aplicação prática. E isso foi conseguido com este projeto: aplicar a teoria na prática e poder demonstrar com sucesso o produto final do mesmo.

A área das Ciências Jurídicas é uma área muito complexa, nomeadamente devido à terminologia específica e à árdua compreensão. Trata-se de uma área de especialização que exige um vasto conhecimento do tradutor e uma pesquisa terminológica aprofundada e minuciosa.

Foi ainda concluído que, de modo a tornar-se proficiente no uso de línguas em contextos jurídicos e para propósitos de tradução em particular, é necessário desenvolver uma série de competências. Competências e habilidades, como a capacidade de compreender o porquê da documentação legal ser escrita do modo que é e a capacidade de compreender a forma como esta documentação é estruturada, interpretada e usada. Acima de tudo, é importante desenvolver a autoconfiança e sensibilidade quanto género jurídico, de modo a poder traduzi-lo e trabalhá-lo da forma mais apropriada possível.

Com a realização deste projeto foi também possível chegar à conclusão que os métodos e estratégias de tradução que se encontram à disposição de um profissional são da inteira competência do mesmo. A escolha de optar pela abordagem que lhe parecer mais adequada em relação ao projeto que tiver em mãos é da inteira responsabilidade do tradutor, salvo, claro, se o cliente tiver previamente pedido que fosse usada uma metodologia específica de tradução. Esta é uma das conclusões mais significativas deste projeto para a sua autora enquanto profissional em constante evolução e aprendizagem, porquanto inicialmente tinha a ideia de que a única opção de encarar textos jurídicos era recorrendo à sua tradução literal, o que a pesquisa e trabalho provaram ser uma noção unilateral que nem sempre pode ser aplicada.

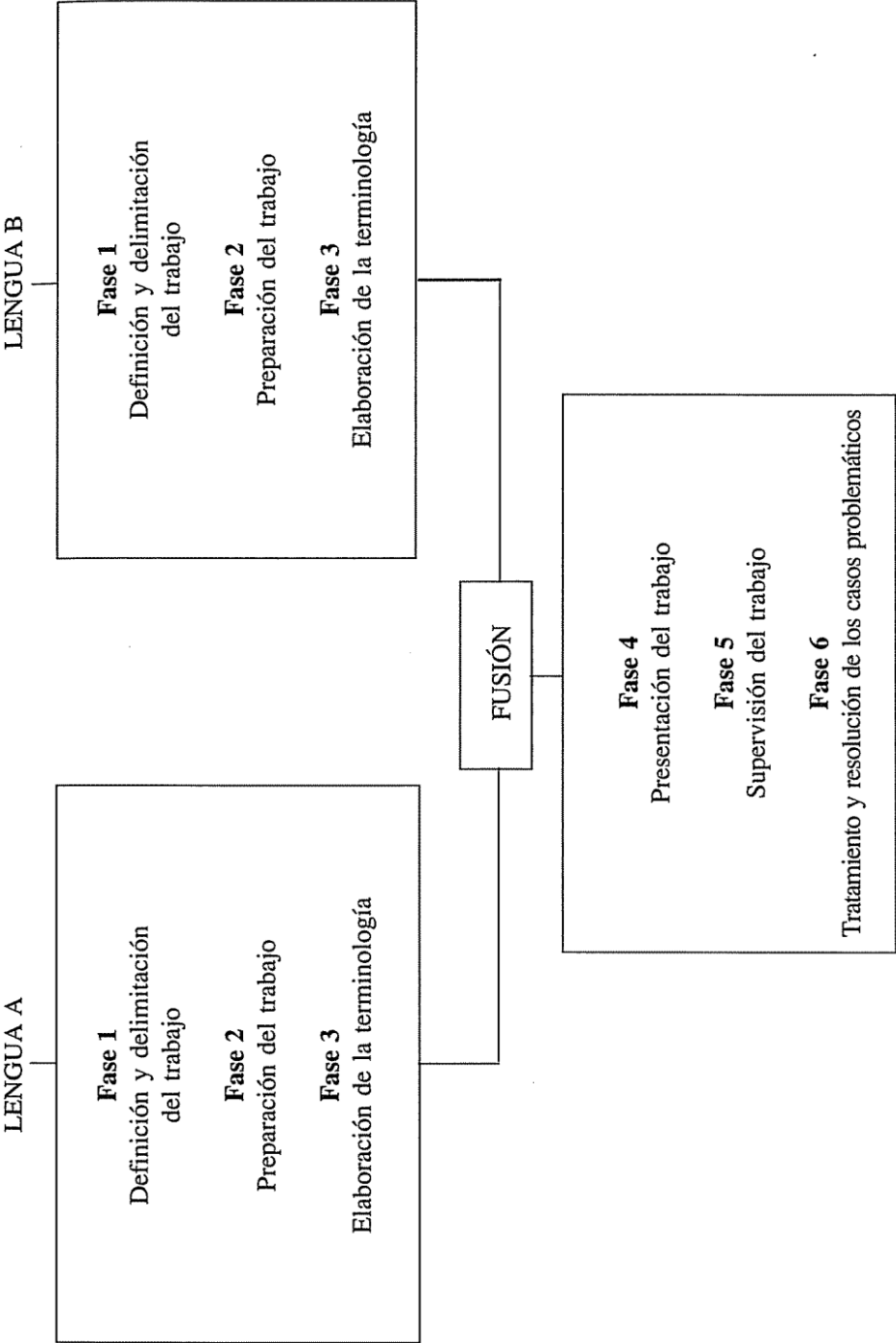
Referências Bibliográficas

- Albir, A. (2007): *Traducción y Traductología – Introducción a la traductología*. Madrid: Ediciones Cátedra
- Arntz, R.; Picht, H. (1995): *Introducción a la terminología*. Madrid: Ediciones Pirámide
- Bahtia, V. (1997): Translating Legal Genres. A. Trosborg, *Text Typology and Translation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. 203-214
- Baker, M. (1992): *In Other Words- A coursebook on translation*. London: Routledge
- Byrne, J. (2006): *Technical Translation – Usability Strategies for Translating Technical Documentation*. Dordrecht: Springer
- Cabré, M. (1993): *La Terminología. Teoría, metodología, aplicaciones*. Barcelona: Editorial Empúries
- Cowie, A. P. (2001): *Phraseology – Theory, Analysis and Applications*. New York: Oxford University Press Inc.
- Nord, C. (1997): A Functional Typology of Translations. A. Trosborg, *Text Typology and Translation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co. 43-66
- Nord, C. (2006): Loyalty and Fidelity in Specialized Translation. *Confluências* – URL: http://web.letras.up.pt/egalvao/TTCIP_Nord%20loyalty%20and%20fidelity.pdf
- Olohan, M. (2004): *Introducing Corpora in Translation Studies*. Oxfordshire: Routledge
- Reiß, K. (1993): *Texttyp und Übersetzungsmethode: der operative Text* -3. Unveränderte Auflage. Heidelberg: Groos.
- Šarčević, S. (1997): *New Approach to Legal Translation*. The Hague: Kluwer Law International.
- Trosborg, A. (1997): *Text Typology and Translation*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- Wright, S.; Budin, G. (1997): *Handbook of Terminology Management – Volume I e II*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company

- Circular n.º 4/02, da Procuradoria-Geral da República:
http://www.pgr.pt/Circulares/textos/2002/2002_04.pdf
- Código de Processo Civil:
http://www.dgpj.mj.pt/sections/DestBanner/novo-codigo-de-processo7411/downloadFile/attachedFile_1_f0/CPC_tabela_completa_09092013.pdf?noca che=1380816311.12
- Código de Processo Penal:
<http://www.dgpj.mj.pt/sections/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/leis-processuais/codigo-de-processo-penal/diplomas-que-publicam>
- http://europa.eu/legislation_summaries/glossary/schengen_agreement_pt.htm

Dicionários e Bases Terminológicas

- Prata, A., Vilalonga, J. e Veiga, C. (2013): *Dicionário Jurídico - Volume II - Direito Penal e Direito Processual Penal*. Almedina
- Andrade, M. (2010): *Dicionário Jurídico Português-Inglês Inglês-Português*. Lisboa: Quid Juris
- Legal Dictionary: <http://dictionary.law.com/>
- Jurislingue: <http://jurislingue.gddc.pt/>
- IATE (InterActive Terminology for Europe): <http://iate.europa.eu/>
- Glossários KudoZ: <http://www.proz.com/glossary-translations/>
- Dict: <http://www.dict.cc/>
- Leo: <http://www.leo.org/>
- PONS: <http://pt.pons.com/>
- Infopédia: <http://www.infopedia.pt/>

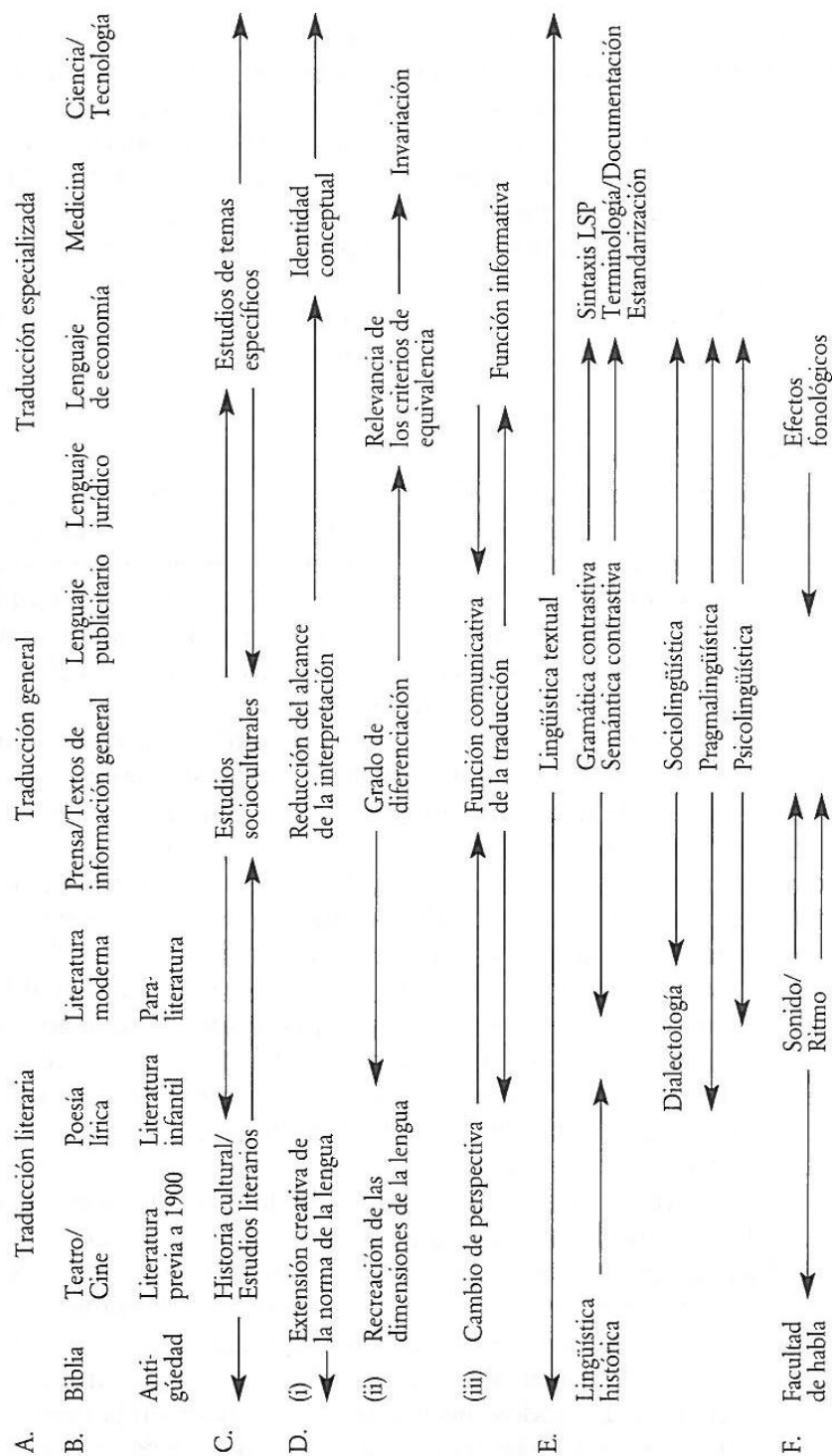


Esquema del proceso de trabajo sistemático plurilingüe.

FIGURA 80
Clasificación de los géneros jurídicos escritos
(adapt. de Borja, 1998: 342; 2000: 133)

CATEGORÍA SUPRAGÉNÉRICA	FUNCIÓN	TONO	GÉNEROS
Textos normativos	Instructiva	Hiperformal	Constitución Estatutos de autonomía Leyes orgánicas y ordinarias Decretos Reglamentos
Jurisprudencia	Instructiva + argumentativa	Hiperformal	Sentencias del Tribunal Supremo y del Tribunal Constitucional recogidas en repertorios y en el BOE
Textos judiciales	Instructiva + expositiva (narrativa) + argumentativa	Muy formal	Denuncia Demanda, querella Peticiones Providencias, autos Sentencias Solicitud de aclaración de sentencias Oficios, exposiciones Exhortos, suplicatorios Cartas-orden, mandamientos, notificaciones, requerimientos
Textos de aplicación del derecho (público y privado)	Instructiva	Formal	Contratos Testamentos Cartas legales Informes legales Escrituras Documentos notariales etc.
Obras de referencia	Expositiva (conceptual y descriptiva)	Formal	Diccionarios bilingües Diccionarios monolingües Diccionarios enciclopédicos Enciclopedias Diccionarios de máximas latinas Diccionarios especializados Formularios Directorios y repertorios profesionales
Textos doctrinales	Argumentativa + expositiva (conceptual y descriptiva)	Formal	Manuales Libros de texto Ensayos Tesis Artículos

FIGURA 2
Tipología textual y criterios relevantes para la traducción (Snell-Hornby, 1988: 32)



A

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
apoio judiciário	Modalidade de proteção jurídica, instituído em substituição da assistência judiciária. <i>in</i> : Prata 2012	O apoio judiciário aplica-se em todos os tribunais, nos julgados de paz e nas estruturas de resolução alternativa de litígios, qualquer que seja a forma de processo. <i>in</i> : http://www.dgpi.mj.pt/sections/politica-legislativa/anexos/aces-so-ao-direito7362/apoio-judiciario/		legal aid	http://iate.europa.eu/FindTermsByLillid.do?lillid=759565&langId=en	In any order granting legal aid a lawyer shall be designated to represent the person concerned. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:225:0001:0029:EN:PDF		Prozesskostenhilfe (f)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLillid.do?lillid=759565&langId=de	Wird die Klage nach Zustellung des Beschlusses erhoben, mit dem über einen Antrag auf Prozesskostenhilfe entschieden worden ist, so ist in der Klageschrift auch anzugeben, wann der Beschluss dem Kläger zugestellt worden ist. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:232:0007:0016:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
arguido	Assume a qualidade de arguido todo aquele contra quem for deduzida acusação ou requerida instrução num processo penal. <i>in</i> : artigo 57º, nº 1, Código de Processo Penal	Ex-delegado de informação médica [...], o primeiro arguido a ser ouvido nesta quarta-feira no julgamento do processo [...] <i>in</i> : http://www.publico.pt/sociedade/noticia/arguido-no-caso-remedio-santo-diz-que-burla-servia-para-atingir-objectivos-do-laboratorio-1626257		defendant	http://iate.europa.eu/FindTermsByLillid.do?lillid=1132795&langId=en	The Japanese bank was added as a defendant on Friday to an existing lawsuit against [...] for allegedly aiding in a fraud by providing banking services to the exchange. <i>in</i> : http://www.reuters.com/article/2014/03/15/us-bitcoin-mtgox-mizuho-idUSBREA2E01V20140315		Beschuldigter, -e	http://iate.europa.eu/FindTermsByLillid.do?lillid=1130317&langId=de	Ein ausländischer Beschuldigter befindet sich in der Regel in einer schwächeren Position als eine Person, die in dem betreffenden Land ansässig ist. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0468:FIN:DE:PDF	pode aparecer também "der Angeklagte"

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
audiência de julgamento	Designação dada à audiência (julgamento) presidida por um magistrado judicial - seja ela feita por tribunal singular ou coletivo -, com poderes de disciplina e direção, na qual é discutido e julgado um processo que consubstancia um ilícito penal. <i>in</i> : Prata 2012	A depois de notificada directa e pessoalmente ou de receber efectivamente, por outros meios, informação oficial sobre a data e o local previstos para a audiência de julgamento , de uma forma que permita estabelecer [...] <i>In</i> : http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20080902+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&langua=PT		trial hearing	http://www.proz.com/kudoz/english/to_portuguese/la-w_general/1190881-public_hearing_trial.html	to the free assistance of an interpreter applies not only to oral statements made at the trial hearing but also to documentary material and the pre-trial proceedings. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0338:FIN:EN:PDF		Gerichtsverhandlung (f)	http://www.infopedia.pt/portugues-alemao/julgamento	Um unnötige Kosten und Schwierigkeiten im Zusammenhang mit der Überstellung einer Person, gegen die ein Strafverfahren anhängig ist, zu einer Vernehmung oder Gerichtsverhandlung zu vermeiden, sollten die Mitgliedstaaten die Teilnahme per Telefon- oder Videokonferenz zulassen können. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:294:0020:0040:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
autor	O que intenta a demanda ou é parte da acusação. <i>in</i> : http://www.priberam.pt/dlpo/autores	Quando o Ministério Público represente o autor , será nomeado um defensor oficioso. <i>in</i> : http://www.inr.pt/bibliopac/diplomas/dl_44129_61psing.htm		plaintiff	http://www.infopedia.pt/ingles-portugues/plaintiff	This proposal aims to provide for a sharing of the burden of proof between plaintiff and defendant. <i>in</i> : http://europa.eu/rapid/press-release_IP-96-658_en.htm?locale=en	pode aparecer "prosecuting party"	Kläger,-	http://dict.leo.org/en/de/index_de.html#search=plaintiff&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Zur Begründung machen die Kläger geltend, der fragliche Gemeinsame Standpunkt sei mit mehreren Rechtsfehlern behaftet, und zwar verstoße er gegen mehrere durch [...] <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2003:007:0024:0025:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
autoria material	Aquele que pratica o fato por si mesmo. Trata-se do agente principal que pratica efetivamente o fato descrito no tipo incriminador, tendo por essa via, o domínio positivo e negativo do fato. in: Prata 2012	A autoria material pertence sem dúvida ao regime turco, o qual considera qualquer esquerdista, qualquer comunista, qualquer curdo como um terrorista em potência [...] in:http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20010118+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT		perpetrator	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/3534145-cometeu_em_autoria_material_e_na_forma_consumada_um_crime_de.html	They expressed their abhorrence for and condemnation of terrorism in all its forms, whatever its motivation and whoever the perpetrator ; and their sorrow at the resulting loss of life. in:http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-96-103_en.htm?locale=en		Einzeltäterschaft (f)	http://www.proz.com/?sp=gloss/term&id=9941798	Dabei wurden das rechtmäßig, vorsatzlos, schuldlos oder tatbestandslos handelnde Werkzeug genannt. Mittäter (382 ff.) - wegen der deutlichen Abgrenzung von der Einzeltäterschaft als ein Teilnehmer an der "Gesamttat" (vgl. § 22 IV) aufgefaßt, sogar der Intensität nach geringer schwerwiegend als der Anstifter eingeschätzt [...] in:http://www.jura.uni-bielefeld.de/lehrestuehle/schild/nomos_25	

B

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
BI	Documento nacional de identificação civil. in: http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MJ/RN/pt/SER_bilhete+de+identidade+++informacao.htm	O Bilhete de Identidade está, progressivamente, a ser substituído pelo Cartão de Cidadão, sendo possível fazer o novo documento em alguns postos consulares in: http://www.portaldocidadao.pt/PORTAL/entidades/MNE/DGACCP/pt/SER_bilhete+de+identidade+para+cidadao+portugues+residente+no+estrangeiro+_+segunda+via.htm?flist=s	abreviatura de "bilhete de identidade"	ID card	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/BI	I.D. cards are the major identification document of Portuguese citizens, with the bearer's photo, signature and fingerprints. In: http://www.embassyportugal-us.org/Embassy_of_Portugal/Identification_Card.html		Personalausweis (m)	http://www.infopedia.pt/portugues-alemao/bilhete	Hingegen hat ein Ausländer, der sich rechtmäßig im Land aufhält, das Recht, bei der Meldestelle der Gemeinde, in der er ansässig ist, eingetragen zu sein, sowie das Recht auf einen Personalausweis , der nicht zur Ausreise befugt. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:018:0015:0024:DE:PDF	

C

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
carta rogatória	A carta rogatória, por definição, transmite um pedido de auxílio judiciário, formulado por uma autoridade judiciária nacional, com vista a possibilitar a investigação ou o julgamento de determinados factos, a uma autoridade judiciária estrangeira. <i>in:</i> http://www.pgr.pt/Circulares/textos/2002/2002_04.pdf	Os pedidos de auxílio judiciário em matéria penal, designadamente os que revestem a forma de carta rogatória , encontram-se previstos e regulamentados em normas convencionais e, subsidiariamente, na lei interna. <i>in:</i> http://www.pgr.pt/Circulares/textos/2002/2002_04.pdf		letter of request	http://iate.europa.eu/SearchByQuery.do?method=searchDetail&lilid=764998&langld=&query=carta%20rogat%C3%B3ria&sourceLanguage=pt&domain=0&matching=&start=0&next=1&targetLanguages=en	Requests for MLA (mutual legal assistance) must be sent to one of the UK's central authorities. This section gives information on what should be contained within a Letter of Request (LOR) and where it should be sent. <i>in:</i> https://www.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/117621/mla-guidelines.pdf	pode também ser referida como "letter rogatory"	Rechtshilfeersuchen (n)	http://iate.europa.eu/SearchByQuery.do?method=searchDetail&lilid=52324&langld=&query=carta%20rogat%C3%B3ria&sourceLanguage=pt&domain=0&matching=&start=0&next=1&targetLanguage=s=de	Rechtshilfeersuchen werden von einem Richter oder Staatsanwalt eines Mitgliedstaats (MS) an einen Richter oder Staatsanwalt eines anderen Mitgliedstaats übermittelt. <i>in:</i> https://e-justice.europa.eu/content_request_for_judicial_assistance-91-de.do	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
certificado de registo criminal	Documento que encerra o passado criminal do arguido através da inscrição dos seus antecedentes criminais. <i>in:</i> Prata 2012	O Certificado de Registo Criminal tem a validade de três meses a contar da data de emissão e é obrigatória a indicação concreta e precisa do fim a que destina. <i>in:</i> http://www.portaldoctidadao.pt/PORTAL/entidades/MJ/DGAJ/pt/SER_registo+criminal+++certificado+de+peessoa+singular.htm	aparece frequentemente na forma abreviada "CRC"	criminal record certificate	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/2008757-crc.html	Criminal record certificate from the relevant authority in the applicant's home country and from any country where he resided for more than one year. <i>in:</i> http://www.euraxes.pt/incoming/visas		(polizeiliches) Führungszeugnis (n)	http://www.dict.cc/?s=criminal+record+certificate	ein Führungszeugnis bzw. eine entsprechende Bescheinigung und eine Gesundheitsbescheinigung, sofern dies von einem Mitgliedstaat verlangt wird <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0386:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
citação	É o ato pelo qual se dá conhecimento ao réu de que foi proposta contra ele determinada ação e se chama ao processo para se defender. Emprega-se ainda para chamar pela primeira vez ao processo alguma pessoa interessada na causa. in: Prata 2012	Cada Estado-Membro designa os funcionários, autoridades ou outras pessoas, adiante denominados «entidades de origem», que terão competência para transmitir actos judiciais ou extrajudiciais para efeitos de citação ou notificação noutro Estado-Membro. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:324:0079:0120:PT:PDF		summons	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/cita%C3%A7%C3%A3o	I do not know whether an official summons or invitation was issued, or whether it was declined. in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20030602+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&amp;language=EN		Vorladung (f)		Bessere Vollstreckung gerichtlicher Entscheidungen in Zivilsachen sowie Schaffung eines effizienten Systems zur Vorladung und Zustellung. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2005:0557:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
CLS	O processo encontra-se pendente à determinação do juiz para designar o próximo procedimento. in: http://www.cmvn.pt/cmvn/comunicados/contrordmto/graves/documents/fundbox%20senten%C3%A7a%20tcrs%2010.02.14.pdf	CLS= O requerente veio intentar os presentes autos nos termos do art.º [...] in: http://www.oa.pt/Conteudos/Media/file.aspx?da=118370	abreviatura de "concluso"	pending judicial decision	http://www.proz.com/kudoz/spanish_to_english/law%3Acontracts/849719-litispendencia_o_subiudicidat.html	[...] security shall be fixed by the competent authority within two working days following the conclusion of the compromise procedure, pending the judicial decision . in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0617:FIN:EN:PDF		Abschluss (m)	http://dict.leo.org/ende/index_de.html#search=Abschluss&searchLoc=0&resultOrder=basic&multWordShowSingle=on	Gemäß dem üblichen Verfahren für die Unterzeichnung und den Abschluss von internationalen Abkommen wird der Rat ersucht, die Beschlüsse über die Unterzeichnung und den Abschluss des Abkommens zwischen der Europäischen Gemeinschaft und den Vereinigten [...] in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0506:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
código de processo penal	Nos casos omissos, quando as suas disposições não possam aplicar-se por analogia, observar-se-ão as regras do processo civil que harmonizem com o processo penal e, na falta delas, aplicar-se-ão os princípios gerais do processo penal. <i>in</i> : http://www.portaldogoverno.gov.mz/Legisla/legisSectores/judiciaria/codigo%20de%20processo%20penal.PDF	É aprovado o Código de Processo Penal publicado em anexo e que faz parte integrante do presente diploma. <i>in</i> : http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis		code of criminal procedure	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/705120-c%C3%B3digo_do_processo_penal_cpp.html	For instance, the new law on associations and the code of criminal procedure have been adopted. <i>in</i> : http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20041213+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&amp;language=EN		Strafprozessordnung (f)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1131157&language=de	Welche Informationen liegen der Kommission über Ashot Bleyan und insbesondere die Hauptanklagepunkte, die ihm zur Last gelegt werden, sowie über die Einhaltung der Regeln der Strafprozessordnung , die Haftbedingungen und seinen gegenwärtigen Gesundheitszustand vor? <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2000:170E:0047:0048:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
código penal	Diploma que contém o regime geral da infração (relativo ao fato e à respetiva consequência jurídica), bem como os tipos incriminadores que integram o denominado direito penal de justiça. <i>in</i> : Prata 2012	Lei n.º 24/82, de 23 de Agosto – autoriza o Governo a legislar com vista a um novo Código Penal e a adoptar as disposições adequadas de direito criminal, de processo criminal e de organização judiciária, bem como a legislar em matéria de contravenções e contra-ordenações e ainda sobre o regime penal de jovens. <i>in</i> : http://www.dgpi.mj.pt/seccoes/leis-da-justica/livro-iv-leis-criminais/leis-criminais/codigo-penal/diplomas-que-publicam		criminal code	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_patents/258734-em_situa%C3%A7%C3%B5es_tipificadas_pelo_c%C3%B3digo_penal.html	The Italian Criminal Code provides for suspension of the enforcement of the sentence in two situations, one of them mandatory (section 146) and one optional (section 147). <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0334:FIN:EN:PDF		Strafgesetzbuch (n)	http://www.proz.com/kudoz/english_to_german/law_general/1973086-criminal_offense_code.html	Im Strafgesetzbuch ist die Kernmaterie des materiellen deutschen Strafrechts geregelt. <i>in</i> : http://www.stgb.de/	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
condenado		[...]redução especial da pena (4 dias por mês ou 2 meses por ano de prisão caso o condenado manifeste "esforços sérios de readaptação social, nomeadamente passando num exame escolar, universitário ou profissional"). Aquele que foi declarado culpado. in: http://jurislingue.gddc.pt/fora/termosrelacionadosingles.asp?numero-total=3253		sentenced	http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/other/5138324-sentenced_to_25_years_to_life.html	[...] supervised by the State of enforcement, should the State of judgment be given the possibility of ensuring that the sentenced person complies with the conditions? in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0334:FIN:EN:PDF		verurteilt	http://www.dict.cc/?s=sentenced	a) bei einem Drittstaatsangehörigen, der in einem Mitgliedstaat wegen einer Straftat verurteilt worden ist , die mit Freiheitsstrafe von mindestens einem Jahr bedroht [...] in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:232:0007:0016:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
conduta		O princípio ne bis in idem ou a proibição da dupla penalização, isto é, que ninguém deverá ser demandado ou julgado duas vezes pelos mesmos factos e pela mesma conduta punível, é estabelecido como um direito individual nos instrumentos jurídicos internacionais referentes [...] Uma conduta criminosa traduz-se numa acção desenvolvida de forma ilegal e ilícita que provoca um prejuízo físico ou moral ao sujeito passivo do crime. in: http://jurislingue.gddc.pt/fora/termosrelacionadosingles.asp?numero-total=3623		conduct	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/4329211-conduta_illegal.html	Procedures for Situations Involving Allegations of Unethical or Illegal Conduct in Practicum Placement in: http://www.wlu.ca/documents/53398/Procedures_for_Situations_Involving_Allegations_of_Unethical_or_Illegal_Conduct_in_Practicum_Placement.pdf		Verhalten (n)	http://dict.leo.org/eng/index_de.html#/search=Verhalten&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Das Verhalten der Flüchtlingsgruppe mit der Besetzung des DGB-Hauses sowie die Beschimpfungen und Vorwürfe an die Adresse der Bayer. in: http://www.gdp.de/gdp/gd/bbay.nsf/id/05_09_13A	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
contestação	Peça processual escrita apresentada pelo arguido antes da realização da audiência de discussão e julgamento, feita sem formalidades especiais, e que é acompanhada pelo rol de testemunhas, na qual o arguido expõe a sua versão dos fatos relativos ao crime que lhe seja imputado e os qualifica criminalmente. <i>in</i> : Prata 2012	Só no início do novo ano, a plataforma de cientistas que vem contestando o concurso Investigador FCT 2013 vai decidir se avança ou não para o pedido judicial de anulação do processo. <i>in</i> : http://www.publico.pt/ciencia/noticia/investigadores-adiam-contestacao-judicial-a-concurso-da-fct-1616691	aparece mais frequentemente sobre a forma do verbo "contestar"	plea	http://www.infopedi.a.pt/ingles-portugues/plea	The first plea alleges infringement of an essential procedural requirement in that, according to the applicant, the reasons put forward by the Commission in support [...] <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:294:0054:0054:EN:PDF		Einspruch (m)	http://dict.leo.org/en/de/index_de.html#search=Einspruch&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Ist beim Europäischen Patentamt ein Einspruch gegen die Erteilung eines Gemeinschaftspatents eingelegt worden, kann das mit der Frage der Nichtigkeit befasste Gemeinschaftspatentgericht das Verfahren nach Anhörung der Parteien bis zur endgültigen Entscheidung über den Einspruch aussetzen. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0828:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
contumácia	Situação jurídica do arguido que resulta de uma declaração - declaração de contumácia - cuja competência pertence ao juiz e que implica a suspensão dos termos ulteriores do processo, quando não se sabe do paradeiro do arguido. <i>in</i> : Prata 2012	Se o requerido não pagar nem contestar, o tribunal tem de emitir uma segunda decisão, que é executória e o seu estatuto equivalente ao de uma sentença por contumácia . <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0746:FIN:PT:PDF		<i>in absentia</i>	http://pt.pons.com/tradu%C3%A7%C3%A3o?q=contum%C3%A1cia&l=enpt&in=&lf=en	Once adopted, the Framework Decision will overcome legal uncertainty over the mutual recognition of judgments rendered in the absence of the person concerned (" in absentia "). <i>in</i> : http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-08-96_en.htm?locale=en		Nichterscheinen (vor Gericht) (n)	http://pt.pons.com/tradu%C3%A7%C3%A3o?q=contum%C3%A1cia&l=dept&in=&lf=pt	Nicht als Abwesenheitsurteile gelten dagegen Entscheidungen gegen eine Person, die im Rahmen der üblichen Fristen des Rechtssystems des Staates, der die Entscheidung gefällt hat, vor Gericht geladen wurde und sich wissentlich und willentlich ihrer Verpflichtung entzogen hat, vor Gericht zu erscheinen, ohne sich vertreten zu lassen und ohne dass ihr Nichterscheinen auf einen Grund zurückzuführen ist, der sich ihrem Einfluss entzieht. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0522:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
cópia autenticada	Documento que é escrito e assinado pela pessoa em cujo nome foi feita, sem intervenção das autoridades públicas, que é aceite e reconhecida pelos litigantes ou havido judicialmente por reconhecido assumindo o mesmo valor e a mesma força que um documento autêntico. <i>in:</i> http://jurislingue.gddc.pt/fora/termosrelacionadosingles.asp?numero-total=3230	b) As autoridades competentes de destino e, se necessário, de trânsito na Comunidade enviam uma cópia autenticada das suas decisões de autorização da transferência à estância aduaneira de entrada na Comunidade <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:190:0001:0098:PT:PDF		certified copy	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=11335638&angld=en	Train drivers shall keep a certified copy of the harmonised complementary certificate which they hold. <i>in:</i> http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20050928+ITEMS+DOC+XML+V0/EN&language=EN		beglaubigte Ausfertigung (f)	http://www.dict.cc/?s=certified+copy	Als Anlage 1 eine beglaubigte Ausfertigung der eingetragenen Satzung/Statuten der Einrichtungen des Projektleiters und der Mitorganisatoren (öffentliche Organe ausgenommen (2)). <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2003:217:0007:0020:DE:PDF	

D

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
dano material	Dano que atinge ou afeta o património da vítima. <i>in:</i> http://jurislingue.gddc.pt/fora/resultado_pesquisa_termos.asp?Termo_Portugues=Dano	No entanto, os Estados-Membros podem fixar uma franquia não superior a 500 EUR oponível à vítima desse dano material . <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:263:0011:0031:PT:PDF		material damage	http://www.dict.cc/?s=material+damage	He thus considers that he has suffered material damage equal to the difference between (i) the salary that he would have received from such a job in the period [...] <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0536:FIN:EN:PDF	também pode aparecer "pecuniary damage"	materieller Schaden (m)	http://dict.leo.org/en/de/index_de.html#search=materiellen%20Schaden&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShingle=on	[...] der Klageantrag auf Ersatz des immateriellen Schadens nicht hinreichend substantiiert sei, auf Rechtsprechung gestützt habe, die ausschließlich materielle Schäden betreffe. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2010:024:0036:0038:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
dano moral	Danos morais são as perdas sofridas por um ataque à moral e à dignidade de alguém, são caracterizados como uma ofensa à reputação da vítima. Qualquer perda que abale à honra pode ser caracterizada como dano moral. <i>in:</i> http://jurislingue.gddc.pt/fora/resultado_pesquisa_termos.asp?Termo_Portugues=Dano	Portanto, procura, nesta acção, compensação pelo dano material e ser indemnizado pelo dano moral . <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2004:273:0035:0035:PT:PDF		moral damage	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/dano	In Denmark, Finland and Sweden, compensation for moral damage is only awarded for certain offences that are particularly offensive. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0536:FIN:EN:PDF		immaterieller Schaden (m)	http://dict.leo.org/ende/index_de.html#/search=immaterielle+n%20Schaden&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	[...] der Einreichung der vorliegenden Klage sowie auf Zuerkennung von Schadensersatz für immaterielle Schäden , berufliche Nachteile und Rufschädigung. 28.4.2007 (2007/C 96/70) <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:096:0033:0034:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
decreto-lei	Ato normativo emanado do Governo no domínio da competência legislativa que a Constituição da República lhe atribui. <i>in:</i> Prata 2012	Posteriormente, o Decreto-Lei nº. 309/2002, de 16 de dezembro, que regula a instalação e o funcionamento dos recintos de espetáculos e divertimentos públicos, da competência dos municípios, procedeu a uma revisão geral [...] <i>in:</i> https://dre.pt/pdf1sdi/p/2014/02/03200/0137901389.pdf		decree-law	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1130688&langId=en	[...] approved by the single article of DecreeLaw No 191/2000 of 16 August 2000, that the Portuguese Republic enjoys no latitude at all in deciding whether or not to maintain the assistance allocated by the Cohesion Fund to the Município de Gondamar as the body responsible for the execution of the project [...] <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:019:0018:0019:EN:PDF		Gesetzesverordnung (f)	http://www.dict.cc/?s=verordnung	Nachdem ich die vorstehende Datenschutzinformation gemäß Art. 23 der Gesetzesverordnung Nr. 196/03 gelesen habe, erteile ich meine Zustimmung zur Verwendung meiner Daten zur: [...] <i>in:</i> https://www.costakreuzfahrten.ch/B2C/CH/RegistrazioneV4/Pages/ShortRegistrationFormV4.aspx	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
defensor oficioso		A lei consagra nestes normativos um conjunto de sanções que têm por finalidade desincentivar ou, mesmo, penalizar os arguidos que, injustificadamente, utilizam os serviços dos defensores oficiosos sem que sejam elegíveis para esse efeito, por via da sua condição económica. <i>in: http://www.dgpi.mj.pt/s/lections/politica-legislativa/anexos/aces-so-ao-direito7362/do-defensor-oficioso6332/downloadFile/file/Do_Defensor_Oficioso.pdf?nocache=1280241496.28</i>		court-appointed counsel	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law-general/1490132-defensor-oficioso.html	There was no free choice of legal representation, and public defence counsel were appointed by the court . <i>in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP/TEXT+CRE+20030129+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&amp;language=EN</i>		amtliche Verteidigung (f)	http://www.proz.com/kudoz/german-to-portuguese/law-general/4600411-amtliche-verteidigung.html	Verfügt die beschuldigte Person nicht über die erforderlichen Mittel, um eine Wahlverteidigung zu bestellen, kann sie eine amtliche Verteidigung beantragen.. <i>in: http://www.gerichte.sg.ch/home/dienstleistungen/nuetzliche_informationen/unentgeltliche_rechtsprechung/amtliche_verteidigung.html</i>	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
depoimento		A autorização para prestar depoimento só pode ser recusada na medida do necessário para proteger interesses superiores da Europol ou de algum ou alguns Estados-Membros. <i>in: http://jurislingue.gddc.pt/fora/resultado_pesquisa_termos.asp?Termo_Portugues=Depoimento</i>		deposition	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law-general/3490283-depoimento-de-parte.html	The introduction of videoed deposition testimony at trial is increasingly common. Once it has been determined that deposition testimony is admissible, special permission is typically unnecessary to introduce video depositions. <i>in: http://apps.americanbar.org/litigation/litigationnews/trial_skills/trialevidence_video.html</i>		eidesstattliche Aussage (f)	http://www.dict.cc/?s=deposition	[...] ihm die Möglichkeit geben, soweit nötig Zeugen und Sachverständige zu laden und ihre Aussagen einzuholen. <i>in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2003:0602:FIN:DE:PDF</i>	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
despacho de acusação	Despacho que é proferido pelo juiz de instrução e que pronuncia o arguido pelo crime de que vem acusado, no caso de terem sido recolhidos indícios suficientes de se terem verificado os pressupostos de que depende a aplicação ao arguido de uma pena ou de uma medida de segurança. Constitui uma confirmação da acusação. <i>in:</i> Prata 2012	A fim de garantir a equidade do processo, a proposta abrange igualmente a tradução escrita de todos os actos essenciais, nomeadamente do mandado de detenção, do despacho de acusação ou dos principais elementos de prova. <i>in:</i> http://europa.eu/rapid/press-release_IP-10-249_pt.htm?locale=en	pode aparecer "despacho de pronúncia"	bill of indictment	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/1489802-despacho_de_acusa%C3%A7%C3%A3o.html	To make sure that proceedings are fair, the proposal covers written translation of all essential documents such as the detention order, the charge sheet or indictment or vital pieces of evidence. <i>in:</i> http://europa.eu/rapid/press-release_IP-10-249_en.htm?locale=en	pode aparecer apenas "indictment"	Anklageschrift (f)	http://dict.leo.org/entry/index_de.html#search=bill%20of%20indictment&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Zu den maßgeblichen Unterlagen, die übersetzt werden müssen, gehören die Anordnung einer freiheitsentziehenden Maßnahme, die Anklageschrift , wichtiges Beweismaterial sowie das Urteil. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0338:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
detenção	Meio de privação da liberdade. A detenção pode ocorrer em flagrante delito e é efetuada ou para o detido ser apresentado a julgamento sob forma sumária, ou ser presente ao juiz competente para interrogatório judicial, ou ainda, para aplicação ou execução de uma medida de coação e não pode durar mais de 48 horas. <i>in:</i> Prata 2012	A polícia anunciou que deteve Avião no Complexo da Maré, uma das áreas de favelas do Rio, na quarta-feira. <i>in:</i> http://www.publico.pt/mundo/noticia/policia-anuncia-detencao-do-principal-trafficante-de-cocaina-do-rio-1634491		arrest	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/deten%C3%A7%C3%A3o	Nigerian authorities have arrested one of the leaders of a protest calling on them to do more to find more than 200 girls abducted by Islamist rebels, a source in the presidency and another organiser of the protest have said. <i>in:</i> http://www.theguardian.com/world/2014/may/05/nigeria-protest-leader-abducted-girls-arrested		Festnahme (f)	http://dict.leo.org/entry/index_de.html#search=arrest&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Die Staatsanwaltschaft kann (vorbehaltlich gerichtlicher Zustimmung) die Festnahme eines Beschuldigten anordnen [...] <i>in:</i> https://www.help.gv.at/Portal.Node/hlpd/public/content/246/Seite.2460304.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
diligência	A lei utiliza este conceito em várias disposições, pretendendo com ele referir-se a atos processuais ou materiais que integram a marcha do processo. in: Prata 2012	Desde que a pessoa não tenha sido citada pessoalmente ou de outro modo informada do local e da data da diligência de que resultou a decisão proferida à revelia, ou se a pessoa não tiver indicado a uma autoridade competente que não contesta a ação; in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2006:300E:0201:0215:PT:PDF		proceeding	http://www.proz.com/kudoz/spanish-to-english/law-general/4574011-la-documentacion-C3%B3n-acompana-de-las-diligencias-practicadas.html	The transferring authority shall inform the receiving authority of any procedural acts or measures with a bearing on the proceedings that have been undertaken in the Member State of the transferring authority after the transmission of the request. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:219:0007:0017:EN:PDF		Maßnahme (f)	http://dict.leo.org/entry/index_de.html#/search=Ma%C3%9Fnahme&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Ferner ist vorgesehen, dass die zuständige Behörde eines Mitgliedstaats, die gemäß diesem Absatz unterrichtet wird, "Maßnahmen" nach Artikel 72 Absatz 1 Buchstabe f oder g ergreifen kann, wenn sie überzeugt ist, dass die Maßnahme notwendig ist, um das Ziel der anderen zuständigen Behörde zu erreichen". in: https://secure.edps.europa.eu/EDPSWEB/webdav/site/mySite/shared/Documents/Consultation/Opinions/2012/12-02-10_Financial_instrument_s_DE.pdf	

E

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
escrivão adjunto	Tem a função de diretamente assistir o escrivão de direito. in: http://jurislingue.gddc.pt/fora/termosrelacionadosingle.s.asp?numero-total=3014	[...] e introduzindo-se a possibilidade de transição entre as categorias de escrivão de direito e técnico de justiça principal e de escrivão-adjunto e técnico de justiça-adjunto, respectivamente. in: http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislacao/eoj.pdf		assistant registrar	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law-general/642822-escrivao-adjunto.html	The Supreme Court Registry is currently headed by the Registrar of the Supreme Court. He is assisted by the Deputy Registrar, Senior Assistant Registrars and the Assistant Registrars who perform judicial functions. in: http://app.supremecourt.gov.sg/default.aspx?pgID=40	também apare	beigeordneter Justizangestellter (m)	http://www.dict.cc/?s=beigeordneter+Justizangestellter	" Justizangestellter im thüringischen Apolda und darüber hinaus Abdecker, Steuereintreiber und Hundefänger für das Amt Niederrossla." in: http://www.riahorter.com/Website%20Ria%20H%20Mastermind%20Karl%20Friedrich%20Louis%20Dobermann%20Dobermann.pdf	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
escrivão de direito	Os escrivães de direito e os oficiais judiciais são titulares da secção para que foram nomeados. Cabe aos escrivães executar ordens judiciais e redigir atos e termos processuais entre outras funções. <i>in:</i> http://jurislingue.gddc.pt/fora/termosrelacionadosingles.asp?numero-total=3014	Elimina-se o estrangulamento existente na carreira dos serviços do Ministério Público, alargando-se o campo de recrutamento das categorias de escrivão de direito e de técnico de justiça principal [...] <i>in:</i> http://www.csm.org.pt/ficheiros/legislacao/eoj.pdf		registrar	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1233266&angld=en	Trainee Court Registrar (TCR) recruitment is conducted once or twice a year from which we compile a waiting list of successful applicants. <i>in:</i> https://www.magistratescourt.vic.gov.au/faqs/frequently-asked-questions/career-court-registrar-faq	também aparece "court clerk"		http://www.infopedia.pt/portugues-alemao/escriv%C3	Verwaltungsbedienstete, Dolmetscher, Übersetzer und Protokollführer und Nur die Vertreter und die Berater der Vertragsparteien dürfen sich dem Schiedspanel gegenüber äußern. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2009:0498:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
estado civil	Situação integrada pelo conjunto das qualidades definidoras do estado pessoal que constam obrigatoriamente do registo civil. <i>in:</i> Prata 2012	A prova resultante do registo civil quanto aos factos que a ele estão obrigatoriamente sujeitos e ao estado civil correspondente não pode ser ilidida por qualquer outra [...] <i>in:</i> http://www.irm.mj.pt/sections/irm/legislacao/docs-legislacao/codigo-do-rc/downloadFile/file/Codigo_do_Registo_Civil-Set09.pdf?nocache=1252073052.76		marital status	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=3537589&angld=en	Social security benefits are largely based on the principle of compensation for loss of income with individual rights to basic benefits for all people resident in the country regardless of their social or professional affiliation, marital status or sex. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0565:FIN:EN:PDF		Familienstand (m)	http://www.dict.cc/?s=marital+status	Die Statistiken lassen jedoch erkennen, daß die Frauenerwerbsquote mit dem Familienstand zusammenhängt <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2000:0163:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
estatuto processual	Estatuto da pessoa ou entidade que atua no processo penal. <i>in:</i> http://octalberto.no.sapo.pt/estrutura_fundamental_do_processo_penal.htm	Entrando em vigor-em princípio a 1 de Setembro - o MP só irá atribuir aquele estatuto processual se estiver de posse de indícios criminais claros. <i>in:</i> http://www.inverbis.pt/2007-2011/opc/policias-deixam-de-constituir-arguidos.html		procedural status	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/estatuto	The procedural status of the individual before international and supranational tribunals. <i>in:</i> http://www.getcited.org/pub/101233107		Verfahrensstand (m)	http://www.proz.com/kudoz/german_to_english/law_patents/527971-letzter_verfahrensstand.html	Informationen zum Verfahrensstand, zur Prozesskostenhilfe und Stufenzuordnung: http://www.gdp.de/gdp/gdpsac.nsf/id/DE_Verfahrensstand-Processkostenhilfe	

I

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
indício	Indicador de fato que sugere que o arguido terá responsabilidade criminal no fato criminoso em investigação e que poderão ser infirmados ou, pelo contrário, comprovados no decurso do processo, servindo de base, neste último caso, ao substrato fático para se submeter o arguido a julgamento. <i>in:</i> Prata 2012	Não há qualquer indício de que uma tal política esteja efectivamente a ser prosseguida. <i>in:</i> http://www.europa.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20050704+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT		circumstantial evidence	Andrade 2010	In the procedure for determining the Member State responsible for examining the application for asylum established in this Regulation, elements of proof and circumstantial evidence shall be used. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:050:0001:0010:EN:PDF		Indiz (n)	http://www.dict.cc/?s=Indiz	Weitere Indizien sind gegebenenfalls von Bedeutung, um auf die Zurechenbarkeit einer Beihilfemaßnahme eines öffentlichen Unternehmens an den Staat schließen zu können, wie insbesondere seine Eingliederung in die Strukturen der öffentlichen Verwaltung.[...] <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:278:0032:0050:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
inquérito	Fase processual que, dirigida pelo Ministério Público, consiste no conjunto de diligências que visa investigar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a respetiva responsabilidade e descobrir e recolher os indícios e as provas, em ordem à decisão sobre o seu desfecho: ou termina com a dedução de acusação ou, pelo contrário, procede-se ao seu arquivamento. in: Prata 2012	Segundo o pedido para investigar a alegada evasão das medidas em vigor, um produtor-exportador do produto em causa originário da Índia exportava, após a instituição dos direitos, o produto objecto de inquérito para a sua empresa coligada na Comunidade. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:277:0015:0017:PT:PDF		investigation	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/792008-indiciado_em_inquirito_policial.html	Investigation bodies from another Member State shall be invited to participate in an investigation whenever a railway undertaking established and licensed in that Member State is involved in the accident or incident. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2004:220:016:0039:EN:PDF	também pode aparecer "inquiry"	Untersuchung (f)	http://www.dict.cc/deutsch-englisch/Untersuchung.html	Da die Untersuchung ergab, dass die Ergebnisse der vorausgegangenen Untersuchung weiterhin gültig sind, d. h. die Preise beruhten auf Marktsignalen, auf dem thailändischen Markt konkurrierten mehrere Hersteller miteinander und die Produktionstechnologie [...] in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:139:0001:0015:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
instrução (fase de)	Fase processual, com carácter facultativo, destinada à comprovação judicial da decisão de deduzir acusação ou de arquivar o inquérito, em ordem a decidir se se submete ou não a causa a julgamento. in: Prata 2012	A instrução é formada pelo conjunto dos atos de instrução que o juiz entenda dever levar a cabo e, obrigatoriamente, por um debate instrutório, oral e contraditório, no qual podem participar o Ministério Público (MP P ^o), o arguido, o defensor, o assistente e o seu advogado, mas não as partes civis (artigo 289.º). in: http://www.dgaj.mj.pt/sections/files/func-justica/cfoj/ingresso-2013/sections/files/func-justica/cfoj/ingresso-2013/manual_fase_instrucao/downloadFile/file/Manual_fase_instrucao.pdf?nocache=1371479352.53		pre-trial phase	Andrade 2010	The new leading role of prosecutors in the pre-trial phase has made investigations less cumbersome and more efficient. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2003:050:001:0010:EN:PDF		Ermittlungsverfahren (n)	http://www.dict.cc/?s=Ermittlungsverfahren	Sollte die Ausstellungsbehörde entscheiden, welche Überwachungsmaßnahmen ohne Freiheitsentzug im Ermittlungsverfahren (entsprechend ihrem innerstaatlichen Recht) während des Überwachungsabschnitts angewandt werden und in welcher Form der Beschuldigte der Europäischen Meldungsanordnung nachkommen muss (d.h. wie oft er sich bei welcher Behörde melden muss usw.)? in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0562:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
IVA	Imposto que incide sobre a despesa ou consumo e tributa o valor acrescentado das transações efectuadas pelo contribuinte. <i>in:</i> http://www.pwc.pt/pt/guia-fiscal/2014/iva/sujeicao.jhtml	A subida da taxa normal do IVA para 23,25% vai permitir um encaixe de mais 150 milhões e junta-se aos cerca de 2120 milhões que o actual executivo já recebe pelos aumentos efectuados desde que tomou posse. <i>in:</i> http://www.publico.pt/iva	sigla de "imposto sobre o valor acrescentado"	VAT	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/IVA	Thus, goods which are sold for export or services which are sold to customers abroad are normally not subject to VAT . <i>In:</i> http://ec.europa.eu/taxation_customs/taxation/vat/how_vat_works/index_en.htm	sigla de "value added tax"	MwSt (f)	http://www.infopedia.pt/portugues-alemao/IVA	[...] Umsatz, der eine Güterbeförderung von einem Mitgliedstaat in einen anderen einschließt - Umsatz, bei dem die MwSt. vom Verkäufer einem Käufer oder Dienstleistungsempfänger in einem anderen Mitgliedstaat in Rechnung gestellt wird - Umsatz, bei dem der Käufer sein Vorsteuerabzugsrecht in einem anderen Mitgliedstaat geltend macht [...]	sigla de "Mehrwertsteuer"

J

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
Juiz de Direito	O Juiz de Direito tem por missão julgar, segundo o direito, as questões que lhes são submetidas e fazer executar as suas decisões. <i>in:</i> Prata 2012	Os Estados-Membros são os únicos competentes para decidir quanto à forma a dar à transposição das directivas e para determinarem sob a fiscalização do juiz nacional, juiz de direito comum chamado a decidir questões de direito comunitário, os meios para que a directiva produza efeitos em direito interno. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2008:204:0009:0012:PT:PDF		trial court judge	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/4258220-juiz_de_direito.html	Trial Court judges are elected for terms of six years in non-partisan elections. <i>in:</i> http://washtenawtrialcourt.org/general/judge_profiles		zuständiger,-e Richter,-in	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_german/law_general/1617094-juiz_de_direito_do_tribunal_judicial.html	Aus funktionaler Sicht würde der Europäische Staatsanwalt den für die Kontrolle der Anklageerhebung zuständigen Richter jenes Mitgliedstaats befassen, in dem er ein Urteil erlangen möchte. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0715:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
juízo criminal	Em processo penal, o juízo criminal significa um tribunal com competência especializada para a preparação e julgamento de crimes, atos de instrução criminal e para conhecimento de recursos em processos por contra-ordenações. <i>in</i> : Prata 2012	Inicialmente, foi instaurado um processo crime, mas a acção foi posteriormente retirada, estando agora a correr no 1º Juízo Criminal de Cascais os autos de um Processo Comum Singular. <i>in</i> : http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20001023+ITEMS+DOC+XML+V0//PT&language=PT	Também aparece apenas como "Juízo", antecedido de um numeral ordinal.	criminal court	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/2467276-2%C2%BA-ju%C3%A1do_criminal.html	The sanctions with more substantial impacts for fishermen, for example licence withdrawals or suspensions, have never been applied within the criminal court systems of some Member States and appear to have been exceedingly rare also in other criminal procedures. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0526:FIN:EN:PDF	também pode aparecer "criminal section"	Strafkammer (f)	http://www.dict.cc/?s=Strafkammer	Oktober 2005 vom Obersten Gericht Tadschikistans aufgrund zahlreicher Anklagepunkte zu einer Haftstrafe von 23 Jahren verurteilt worden ist und dass die Strafkammer seinen Berufungsantrag am 18. . <i>in</i> : http://europa.eu/rapid/press-release_PESC-06-50_de.htm?locale=en	

M

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
mandatário	No contrato de mandato, o mandatário é a parte que se obriga a realizar atos jurídicos por conta de outro contraente. Em processo penal, o arguido pode constituir advogado - mandatário - em qualquer fase do processo. <i>in</i> : Prata 2012	O Tribunal vem dizer que o artigo 312.º n.º 4 do C. Processo Penal é apenas aplicável a mandatários , e indeferiu o requerido. <i>in</i> : http://www.oa.pt/Conteudos/Artigos/detalhe_artigo.aspx?idc=117&idsc=9562&ida=26559		legal representative	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/3510026-mandat%C3%A1rio.html	The Executive Director is the legal representative of the Authority and answers to the Management Board. <i>in</i> : http://europa.eu/geo/ninfo/atoz/en/index_1_en.htm		Rechtsvertreter,-in	http://www.dict.cc/deutsch-englisch/Rechtsvertreter.html	dem Harmonisierungsamt für den Binnenmarkt aufzuerlegen, der Rechtsmittelführerin zu Händen ihrer Rechtsvertreter die notwendigen Kosten zu ersetzen. <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2007:155:0011:0012:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
medida de coacção	Medidas que podem ser aplicadas ao arguido desde o início do processo. Dado que contêm os direitos, liberdades e garantias do arguido, só podem ser aplicadas pelo juiz de instrução, exceto a de termo de identidade e residência. <i>in:</i> Prata 2012	[...] fomentar um melhor cumprimento nas PME, em primeiro lugar através da educação, da persuasão e do encorajamento e depois, se necessário, através de medidas de coacção . <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0062:FIN:PT:PDF		coercive measure	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/coac%C3%A7%C3%A3o	The fourth observation is that the double criminality requirement is analysed more strictly when the request relates to a coercive measure . <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2001:216:0014:0026:EN:PDF		Zwangsmaßnahme (f)	http://www.dict.cc/?s=coercive+measure	Die Hoheitsrechte der Mitgliedstaaten insbesondere in Bezug auf die Anwendung unmittelbarer Zwangsmaßnahmen gegenüber ausgewiesenen Drittstaatsangehörigen, die sich den Ausweisungsmaßnahmen widersetzen, sollten unberührt bleiben <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2003:223:0003:0005:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
Ministério Público	Magistratura que representa o Estado, defende os interesses que a lei determinar, participa na execução da política criminal definida pelos órgãos de soberania, exerce a ação penal orientada pelo princípio da legalidade e defende a legalidade democrática, nos termos da Constituição da República, do Estatuto que a rege e da lei. <i>in:</i> Prata 2012	As atribuições do Ministério Público distribuem-se por diversos planos, em que se inclui o exercício da acção penal, compreendendo a direcção da investigação criminal, a promoção da legalidade, a representação do Estado, de incapazes e de incertos e o exercício de funções consultivas. <i>in:</i> https://www.pgdporto.pt/proc-web/content.jsf?contentId=3		Public Prosecutor's Office	http://www.infopedia.pt/portugues-ingles/minist%C3%A7%C3%A3o	Such a Public Prosecutor would be an unacceptable interference in the constitutional responsibility of Member States for their judicial systems. <i>in:</i> http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20061024+ITEMS+DOC+XML+V0/EN&amp;language=EN		Staatsanwaltschaft (f)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=858539&langId=de	"strafrechtliche Ermittlungen" ein Verfahrensstadium, in dem die zuständigen Strafverfolgungs- oder Justizbehörden, einschließlich der Staatsanwaltschaft , Maßnahmen ergreifen, um Sachverhalte, Verdächtige und Umstände bezüglich [...] <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:386:0089:0100:DE:PDF	

N

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
NIF	Número identificador de uma entidade fiscal contribuinte. <i>in:</i> http://www.nif.pt/	O NIF - Número de Identificação Fiscal, também referido como Número de Contribuinte identifica uma entidade fiscal contribuinte em Portugal, quer seja uma empresa ou pessoa singular. <i>in:</i> http://www.nif.pt/	sigla de "número de identificação fiscal"	TIN	http://www.infopeda.pt/portugues-ingles/NIF	However, especially during the first year, MS reported some difficulties in identifying taxpayers, due to lack of information on their tax identification number (" TIN ") or date/place of birth. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0552:FIN:EN:PDF	sigla de "tax identification number"	Steuernummer (f)	http://www.infopeda.pt/portugues-alemao/NIF	Angaben zur Identifizierung (wie Name, Anschrift, Steuernummer) des antragstellenden Unternehmens des Mitgliedsstaats sowie der anderen Beteiligten an den betreffenden Geschäftsvorfällen <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:322:0001:0010:D E:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
notificação	Meio utilizado para chamamento de pessoas a juízo ou para lhes comunicar certos fatos, fora dos casos em que tem aplicação a citação. <i>in:</i> Prata 2012	Quando efectuadas por via postal registada, as notificações presumem-se feitas no 3.º dia útil posterior ao do envio, devendo a cominação aplicável constar do acto de notificação. <i>in:</i> http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=1219015		notification	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=34716&langlqld=en	It also comes on the heels of the Target breach where people are questioning Target's 3-week "delay" in providing its initial notification . <i>in:</i> http://www.infolawgroup.com/2014/01/articles/breach-notice/california-attorney-general-files-lawsuit-based-on-late-breach-notification/	pode aparecer "to serve/be served"	Meldung (f)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=34716&langld=de	Meldungen nach §§ 59 ff. der Außenwirtschaftsverordnung (AWV) <i>in:</i> https://www.bundesbank.de/Redaktion/DE/Downloads/Service/Meldewesen/Aussenwirtschaft/Schlusselawvzn.pdf?__blob=publicationFile	

O

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
ofendido	Consideram-se ofendidos no processo penal os titulares dos interesses que a lei especialmente quis proteger com a incriminação, desde que maiores de dezasseis anos. Os ofendidos podem constituir-se como assistentes no processo penal respetivo. <i>in</i> : Prata 2012	O ofendido enquanto não se constitui formalmente como assistente é um simples participante processual a quem a lei não atribui estatuto especial. <i>in</i> : http://www.pgdlisboa.pt/jurel/stj_mostra_doc.php?nid=26856&codarea=2		victim	http://www.proz.com/kudoz/spanish-to-english/law-general/971483-ofendido.html	This right of direct action will strengthen the legal position of a victim and will facilitate the payment of compensation across national borders. <i>in</i> : http://europa.eu/rapid/press-release_PRES-00-57_en.htm?locale=en	também pode aparecer "injured party"	Geschädigte,-	http://www.proz.com/kudoz/german-to-english/law-patents/170815-gesch%C3%A4digter.html	Der Geschädigte kann ein berechtigtes Interesse daran haben, über die Identität des Eigentümers oder des gewöhnlichen Fahrers oder des eingetragenen Halters des Fahrzeugs Aufschluss zu erhalten [...] <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:263:0011:0031:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
OPC	Todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados pelo Código de processo Penal. <i>in</i> : http://www.pgdlisboa.pt/leis/lei_mostra_articulado.php?nid=199&tabela=leis	A coadjuvação dos OPC às Autoridades Judiciárias (AJ) estipulada no ordenamento jurídico nacional, exige que se conheça quem cumpre tal tarefa. <i>In</i> : http://www.gnr.pt/porta/Internet/gabinete_imprensa/revista_gnr/edicoes/2010/n3/invcriminal/52-61loic.pdf	abreviatura de "orgão de polícia criminal"	criminal police	http://www.proz.com/kudoz/english-to-portuguese/law-general/495630-law-enforcement-agencies.html	The Federal Criminal Police Office is Germany's central criminal investigation agency. It coordinates federal and state cooperation in police investigations. <i>in</i> : http://www.bmi.bund.de/EN/Topics/Security/Federal-Criminal-Police-Office/federal-criminal-police-office_node.html		Bundeskriminalamt (n)	http://dict.leo.org/eng/index_de.html#search=Bundeskriminalamt&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Das Bundeskriminalamt (BKA) koordiniert die Zusammenarbeit des Bundes und der Länder in kriminalpolizeilichen Angelegenheiten. <i>in</i> : http://www.bmi.bund.de/DE/Themen/Sicherheit/Bundeskriminalamt/bundeskriminalamt_node.html	

P

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
p. e p.		O crime de ameaça agravado, p. e p. pelas disposições conjugadas dos art.153.º, n.º1 e 155.º, n.º1, al. a) do Código Penal <i>in:</i> http://www.dgsi.pt/JTRE.NSF/134973db04f39bf2802579bf005f080b/c7d837ea12a287ae80257ca6003c9cb2?OpenDocument	abreviatura de "previsto e punível"	provided and punishable	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law-general/3518221-p_e_p_pelo_art_148.html#7960823	[...] criminal liability for legal persons whenever a representative body commits an offence provided for in and punishable by a national law such as the Penal Code. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0524:FIN:EN:PDF	pode aparecer "foreseen and punishable"	strafbar nach	http://www.proz.com/?sp=gloss/term&id=5026978	Sofern sich die Straftat nach Artikel 2 Absatz 2 Buchstabe a) ausschließlich auf die Handlung nach Artikel 1 <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/legal-content/DE/TXT/?uri=CELEX:32002F0475	pode aparecer "strafbar gemäß"

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
pedido de indemnização civil	Pretensão de conteúdo económico, fundada na prática de um crime, como forma de ressarcir os prejuízos patrimoniais ou não patrimoniais daquele resultantes e que, normalmente, é deduzida no processo penal respetivo. <i>in:</i> Prata 2012	O pedido de indemnização civil fundado na prática de um crime é deduzido no processo penal respectivo, só o podendo ser em separado, perante o tribunal civil, nos casos previstos na lei <i>in:</i> http://bdjur.almédina.net/item.php?field=item_id&value=1758469		action for damages	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1130410&langId=en	An action for damages must be brought, at the option of the plaintiff, in the territory of one of the States Parties, either before the court of the domicile of [...] <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2000:0446:FIN:EN:PDF	também pode aparecer "partie civile"	zivil Schadenersatzklage (f)	http://dict.leo.org/entry/index_de.html#search=Schadenersatzklage&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Am Freitag teilte das Landgericht Düsseldorf eine Entscheidung mit, nach der eine zivil Schadenersatzklage mit Streitwert von 1,1 Millionen Euro (der Wert der geklauten Kunstwerke plus Folgekosten für Anwälte, Detektive) des HDI-Gerling-Konzerns, der Versicherung der Bank, gegen fünf verdächtige Männer abgewiesen wurde. <i>in:</i> http://www.express.de/duesseldorf/klage-abgewiesen-bleibt-dieser-kunstraub-fuer-immer-ungeklaert-2858,26311960.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
perito	Pessoa tecnicamente especializada que realiza a perícia solicitada pelo tribunal e que faz parte de uma lista de peritos existentes em cada comarca, sendo obrigado a desempenhar a função para que tiver sido competentemente nomeado. <i>in</i> : Prata 2012	O Código das Expropriações (...) prevê, quer no procedimento relativo à declaração de utilidade pública, quer no procedimento relativo à efectivação da posse administrativa, quer no processo de expropriação litigiosa, na fase de arbitragem e em recurso desta, a intervenção de peritos avaliadores constantes de lista oficial. <i>in</i> : http://www.dgaj.mj.pt/seccoes/tribunais/peritos-avaliadores	também aparece "consultor técnico" frequentemente	expert witness	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law%3A_taxation_costs/4774895-perito_judicial.html	Courts relax these rules for expert witnesses testifying about matters within their field of expertise. <i>in</i> : http://www.law.com/ell.edu/wex/expert_witness		Sachverständiger, -in	http://www.dict.cc/deutsch-englisch/Sachverständige.html	Die Handwerkskammer vermittelt Sachverständige an Gerichte, öffentliche Stellen und private Auftraggeber. <i>in</i> : http://www.hwk-hamburg.de/beratung-service/weitereservices/sachverstaendige.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
prisão preventiva	Medida de coação aplicável ao arguido subsidiariamente, ou seja, quando se considerem todas as outras inadequadas ou insuficientes e quando houver fortes indícios da prática de crime doloso punível com pena de prisão de máximo superior a cinco anos, ou se se tratar de pessoa que tiver penetrado ou permaneça irregularmente em território nacional, ou contra a qual estiver em curso um processo de extradição ou de expulsão. <i>in</i> : Prata 2012	Prisão preventiva. Foi essa a medida de coação aplicada pelo juiz Carlos Alexandre ao ex-director-geral de Infra-estruturas e Equipamentos do Ministério da Administração Interna [...]. <i>in</i> : http://www.publico.pt/sociedade/noticia/exdirector-geral-do-mai-fica-em-prisao-preventiva-1634223		protective custody	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law%3A_taxation_costs/2884931-preventiva.html	A few hours ago, news arrived from Italy that the Milan investigating judge has signed a protective custody warrant against the deputy director of the Sismi, the Italian military [...]. <i>in</i> : http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20060705+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&amp;language=EN		Untersuchungshaft (f)	http://www.dict.cc/?s=Untersuchungshaft	Diese Situationen werden in Artikel 3 aufgeführt und umfassen den Fall, dass die verdächtige Person vor der Verhandlung in Untersuchungshaft genommen wird [...]. <i>in</i> : https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0328:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
processo comum	O processo comum é a forma de processo aplicável em todos os casos para que não esteja previsto processo especial. in: Prata 2012	Em Processo Comum , com intervenção do Tribunal Singular, foi pronunciado: in: http://www.asfcpj.org/t emas/contencioso/ofen sas.pdf		ordinary procedure	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/1210663-processo_comum.html	The ordinary legislative procedure replaces the former codecision procedure. This procedure is the most legitimate from a democratic point of view. in: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0016_en.htm		ordentliches Verfahren (n)	http://www.dict.cc/?s=ordentliches+verfahren	Das ordentliche Verfahren ist in den Art. 219 ff. ZPO geregelt. Die Bestimmungen des ordentlichen Verfahrens werden auf die anderen Verfahrensarten (vereinfachtes Verfahren, summarisches Verfahren, besondere eherechtliche Verfahren) angewandt, soweit keine spezielle Norm vorgeht. in: http://www.zivilprozess.ch/ordentliches-verfahren	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
processo especial	O processo é especial quando obedece a uma tramitação própria, definida expressamente pela lei para um específico campo de aplicação. in: Prata 2012	O Magistrado do Ministério Público intentou a presente acção com processo especial para interdição por anomalia psíquica de (...) in: www.trp.pt/seleccionada/reclamacoes/325-reclamacao1676.html in: http://www.asfcpj.org/t emas/contencioso/ofen sas.pdf		special procedure	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_general/1210663-processo_comum.html	In special legislative procedures , the Council of the EU is, in practice, the sole legislator. The European Parliament is simply associated with the procedure. in: http://europa.eu/legislation_summaries/institutional_affairs/treaties/lisbon_treaty/ai0016_en.htm		Sondervverfahren (n)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1132606&language=pt	Unter den Sondervverfahren (special procedures) versteht man vom Menschenrechtsrat eingesetzte Sonderberichterstatterinnen und Sonderberichterstatter, Arbeitsgruppen oder Sondergesandte zu Menschenrechtsthemen oder zu Ländern. in: http://www.institut-fuer-menschenrechte.de/de/menschenrechtsinstrumente/vereinte-nationen/menschenrecht/srat/sondervverfahren.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
processo pendente	Processo que ainda se encontra em curso, que ainda não foi decidido. <i>in:</i> http://www.dgsi.pt/jtre.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/5d833328fc29077b802575760050e5a1?OpenDocument	É esse o momento apropriado para apreciar se a decisão estrangeira respeitou os direitos do requerido garantidos pela Convenção e pode ser tida em conta para efeitos do processo pendente no tribunal posteriormente demandado. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2009:319:0001:0056:PT:PDF		pending procedure	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_patents_trademarks_copyright/1529968-nas_accoes_com_processo_comum_pendente.html	That being the objective of its submission, the Commission will limit its observations to an economic and legal analysis of the facts underlying the case pending before the national court. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:C:2003:243:010:0079:EN:PDF	também aparece como "pending case"	anhängiger Rechtsstreit (m)	http://www.dict.cc/?s=anh%C3%A4ngig+Rechtsstreit	Für die Wirkungen einer Sanierungsmaßnahme oder eines Liquidationsverfahrens auf einen anhängigen Rechtsstreit über einen Vermögensgegenstand oder ein Recht der Masse gilt ausschließlich das Recht des Mitgliedstaats, in dem der Rechtsstreit anhängig ist. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2006:0113:FIN:DE:PDF	também pode aparecer como "anhängiges Strafverfahren"

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
procuração	A procuração é o ato pelo qual alguém atribui a outrem, voluntariamente, poderes representativos, devendo tal ato revestir, em princípio, a forma necessária para o ato que o procurador haja de realizar. <i>in:</i> Prata 2012	No âmbito de uma questão processual e a fim de acelerar as diligências de representação para o depósito de uma marca comunitária, os casos e as condições em que uma procuração se mantém ou se torna obrigatória são determinados pelo regulamento de execução. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2002:0767:FIN:PT:PDF		proxy	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law%3A_contracts/769202-procura%C3%A7%C3%A3o.html	However, since there is no further information on whether the professional did in fact take up a post in another Member State, whether the professional moved on to a third country or returned to the home country, these data can be used only as a proxy in the absence of more detailed information. <i>in:</i> http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0725:FIN:EN:PDF	também pode aparecer "power of attorney"	Vollmacht (f)	http://www.dict.cc/?s=vollmacht	Die Vollmacht bleibt daher in Kraft, wenn ich nach ihrer Errichtung geschäftsunfähig geworden sein sollte. <i>in:</i> http://www.bmj.de/SharedDocs/Downloads/DE/Broschueren/Anlagen/Vorsorgevollmacht_Formular.pdf?__blob=publicationFile	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
Procurador-Geral (da República)	Figura máxima da magistratura do Ministério Público. in: Prata 2012	O Procurador-Geral da República é nomeado e exonerado pelo Presidente da República, sob proposta do Governo. in: http://www.pgr.pt/grupo_pgr/procurador.html		Attorney-General	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_english/law_p/attents/155961-procurador_da_rep%C3%BAblica.html	Instructs its President to forward this decision and the report of its committee responsible to the Attorney-General of the Republic of Cyprus. in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20050927+ITEMS+DOC+XML+VO//EN&language=EN	também aparece referido como "Public Prosecutor"	Generalstaatsanwalt (m)	http://www.dict.cc/?s=Generalstaatsanwalt	Rechtsverstöße von Richtern und Staatsanwälten, die eine strafrechtliche Haftung begründen, werden an den Generalstaatsanwalt verwiesen, während Sanktionen für Verstöße anderer Art vom Obersten Justizrat verhängt werden. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0377:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
prova documental	Toda a prova que se faça no processo mediante a apresentação e junção, oficiosa ou a requerimento, de documentos. in: Prata 2012	O presidente do Instituto determinará a forma e as condições em que esses elementos de prova documental são conservados nos arquivos do Instituto. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:251:0003:0028:PT:PDF		documentary evidence	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1132105&langId=en	The kind of documentary evidence to be provided by an applicant depends on the national law of the Member State in which the prior right is established. in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20061024+ITEMS+DOC+XML+VO//EN&language=EN		Urkundenbeweis (m)	http://www.proz.com/?sp=gloss/term&id=12752365	Einige Mitgliedstaaten regeln den Urkundenbeweis noch strenger und verlangen eine mündliche Beweiserbringung im Hauptverfahren. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0715:FIN:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
prova pericial	Prova feita através de perícia, que tem lugar quando a percepção ou a apreciação dos fatos exigem especiais conhecimentos científicos, técnicos ou artísticos realizada em estabelecimento, laboratório ou serviço oficial apropriado ou por perito, ou por pessoa de honorabilidade e de reconhecida competência na matéria. in: Prata 2012	Em qualquer caso, tal não pode aplicar-se a provas periciais , uma vez que a sua admissão implica um juízo prévio sobre a sua pertinência e carácter não dilatatório. in: http://www.dgsi.pt/jtrg.nsf/86c25a698e4e7cb7802579ec004d3832/1e7745c95a1c5df580257b2c005a7560?OpenDocument		expert evidence	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law-general/5306455-prova-pericial.html	EX: expert evidence IN: inspection of an object or site OT: other in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2004:0173:FIN:EN:PDF		Begutachtung durch Sachverständige (f)	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1133739&language=de	Das Gericht kann die Einnahme des Augenscheins sowie die Begutachtung durch Sachverständige anordnen. in: http://dejure.org/gesetze/ZPO/144.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
prova testemunhal	Provas sobre os fatos constantes do processo que se obtém mediante a inquirição de testemunhas que tenham conhecimento direto daqueles. in: Prata 2012	O Tribunal ordena, oficiosamente ou a pedido de uma das partes, que determinados factos sejam verificados através de prova testemunhal . in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:225:0001:0029:PT:PDF		oral testimony	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1134079&language=en	In certain Member States the rules of evidence are even stricter as regards documentary evidence and require direct oral testimony in the courts. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2001:0715:FIN:EN:PDF		Zeugenbeweis (m)	http://www.infopedia.pt/alemao-portugues/zeugenbeweis	[...] nationalen Regelung entgegensteht, nach der im Fall der Staatshaftung wegen Verstoßes gegen das Gemeinschaftsrecht ein Zeugenbeweis nur in Ausnahmefällen möglich ist. in: http://europa.eu/rapid/press-release_CJE-00-4_de.htm?locale=en	

Q

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
queixa		A queixa electrónica visa facilitar a comunicação de uma situação ou facto criminoso à Polícia Judiciária, podendo ser ou não um crime da sua competência reservada. <i>in: https://www.policiajudiciaria.pt/PortalWeb/pag e/%7B5BFC28DE-D200-4BCC-9422-F495EE8EE82A%7D</i>	também aparece como "queixa-crime"	complaint	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=224859&language=en	Secondly, the ready cause for complaint of those who want to apply the brakes would go: the party was not heard. <i>in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+CRE+20020904+ITEMS+DOC+XML+V0//EN&language=EN</i>		Beschwerde (f)	http://dict.leo.org/en/de/index_de.html#search=beschwerde&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	[...] 2001 zu dem Sonderbericht des Europäischen Bürgerbeauftragten über die Beschwerde 713/98/IJH betreffend das Recht auf Information und Datenschutz(7) sowie vom 11. [...] <i>in: http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+20021217+ITEMS+DOC+XML+V0//DE&language=DE</i>	

R

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
rol de testemunhas		O rol de testemunhas pode ser alterado ou aditado até 20 dias antes da data em que se realize a audiência de julgamento, sendo a parte contrária notificada para usar, querendo, de igual faculdade, no prazo de 5 dias. <i>in: http://www.dgsi.pt/jtrc.nsf/c3fb530030ea1c61802568d9005cd5bb/b55b32b03b224f2c80257965004c23b4?OpenDocument</i>		witness list	http://definitions.uslegal.com/w/witness-lists/	At the beginning of a jury trial, both parties to the case may be required to submit a list of prospective witnesses . <i>in: http://definitions.uslegal.com/w/witness-lists/</i>		Zeugenliste (f)	http://dict.leo.org/en/de/index_de.html#search=Einspruch&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Zeugenliste im Strafverfahren gegen Max Strauß für den Monat April <i>in: http://www.justiz.bayern.de/gericht/lga/presse/archiv/2007/00445/</i>	

T

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
Termo de Identidade e Residência	Medida de coação que se aplica a todo aquele que for arguido num processo, ainda que já tenha sido identificado, para o efeito de ser notificado. Esta medida é sempre cumulável com a aplicação de qualquer outra medida de coação. in: Prata 2012	A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal sujeitam a termo de identidade e residência lavrado no processo todo aquele que for constituído arguido, ainda que já tenha sido identificado nos termos do artigo 250.º in: http://bdjur.almedina.net/citem.php?field=item_id&value=1202667	aparece com frequência na sua forma abreviada "TIR"	statement of identity and residence	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=161796&languageId=en	A person was held defendant and subject to Statement of Identity and Residence due to suspicion of sale, movement or concealment of counterfeit goods [...] in: http://anti-contrafacciao.com/en/news/		Identitäts- und Wohnsitznachweis (m)	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_german/law_general/1730648-termo_de_identidade_e_residencia.html	Es dauerte ca. acht Wochen, bis ich endlich mein Bankkonto eröffnen konnte: Ich brauchte einen Nachweis meiner Identitäts- und Wohnsitznachweis . in: http://download.springer.com/static/pdf/877/art%253A10.1007%252Fs12054-007-0008-2.pdf?auth66=1399717344_e3be0bc65f1dfd0d76273afe59fcc9cc&ext=.pdf	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
trânsito em julgado	Diz-se que uma decisão judicial transitou em julgado quando já não se admita recurso ordinário ou não seja suscetível de reclamação. Uma vez transitada em julgado, a decisão passa a ter a força de caso julgado. in: Prata 2012	A exclusão de tais operadores económicos deverá ter lugar logo que as entidades adjudicantes tenham conhecimento do trânsito em julgado de uma sentença de condenação pela prática desses delitos, proferida nos termos da lei nacional. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0766:FIN:PT:PDF		to pass in <i>res judicata</i>	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=1129706&languageId=en	Such economic operators should be excluded as soon as the contracting authority has knowledge of a judgment concerning such offences rendered in accordance with national law that has the force of res judicata . in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2007:0766:FIN:EN:PDF		Eintritt der Rechtskraft (f)	http://www.dict.cc/?s=Bedingung+der+Rechtskraft	[...]drei Jahre nach Eintritt der Rechtskraft der gerichtlichen Entscheidung im letzten der Mitgliedstaaten, die von den Ermittlungen oder den Strafverfolgungsmaßnahmen betroffen sind. in: http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2009:138:0014:0032:DE:PDF	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
tribunal colectivo		Têm-se por não escritas as respostas do tribunal colectivo sobre questões de direito, e bem assim as dadas sobre factos que só possam ser provados por documentos ou que estejam plenamente provados, quer por documentos, quer por acordo ou confissão das partes. <i>in:</i> http://bdjur.almedina.net/item.php?field=node_id&value=423618		full court	http://iate.europa.eu/FindTermsByLilId.do?lilId=3544873&angld=en	The Federal Court of Australia Act 1976 requires that certain matters must be heard and determined by a Full Court (comprising three or more judges) sitting in the Court's original jurisdiction <i>in:</i> http://www.fedcourt.gov.au/case-management-services/appeals/full-court-original-jurisdiction	pode aparecer como "full bench" (menos formal)	Kollegialgericht (n)	http://dict.leo.org/de/index_de.html#search=Kollegialgericht&searchLoc=0&resultOrder=basic&multiwordShowSingle=on	Das Strafgericht urteilt als Kollegialgericht in Fünferbesetzung wenn die Staatsanwaltschaft eine Freiheitsstrafe von mehr als fünf Jahren (z.B. vorsätzliche Tötung, Mord, qualifizierter Raub etc.) oder eine Verwahrung nach Art. 64 StGB beantragt. <i>in:</i> http://www.justice.be.ch/justice/de/index/strafverfahren/strafverfahren/strafverfahren/ablauf/kollegialgericht.html	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
tribunal judicial		Incumbe aos Tribunais Judiciais assegurar a defesa dos direitos e interesses legalmente protegidos, reprimir a violação da legalidade democrática e dirimir os conflitos de interesses públicos e privados. <i>in:</i> http://csm.pgr.pt/legislacao/LOTJ.pdf		judicial court	http://www.proz.com/kudoz/portuguese-to-english/law%3A-contracts/3286622-tribunal-judicial.html	A Judicial Court composed of judges, public prosecutors and support staff, in accordance with Constitutional and legal order, which will act as a court of first instance as in any ordinary judicial court. <i>in:</i> http://www.uc.pt/en/TUJE		ordentliches Gericht (n)	http://iate.europa.eu/SearchByQuery.do?method=searchDetail&lilId=1396728&angld=&query=tribunal%20judicial&sourceLanguage=pt&domain=0&matching=&start=0&next=1&targetLanguages=de	Die ordentlichen Gerichte unterteilen sich auf Landesebene in Amts-, Land- und Oberlandesgerichte. Sie sind für bürgerlich-rechtliche und strafrechtliche Verfahren sowie die freiwillige Gerichtsbarkeit zuständig. Oberste Instanz ist dann der Bundesgerichtshof. <i>in:</i> http://www.justizportal.niedersachsen.de/portal/live.php?navigation_id=13279&article_id=56623&psmand=50	

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
tribunal singular	Tribunal que é constituído por apenas um juiz. <i>in</i> : Prata 2012	Em Processo Comum, com intervenção do Tribunal Singular , foi pronunciado: <i>in</i> : http://www.asfcpj.org/temas/contencioso/ofensas.pdf		single judge	http://www.proz.com/kudoz/english_to_portuguese/law%3A_contracts/2311840-single_judge_court.html#5167942	In the Toronto Region only, the following proceedings are directed to be brought in Divisional Court for a hearing before a single judge of that court sitting as a Judge of the Superior Court of Justice <i>in</i> : http://www.ontariocourts.ca/scj/practice/practice-directions/single-judge/		Einzelgericht (m)	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_german/law_general/1564694-tribunal_singular.html	In Strafsachen (Verbrechen, Vergehen und Übertretungen) urteilt das Regionalgericht als Einzelgericht , sofern die Voraussetzungen von Art. 19 Abs. 2 StPO vorliegen, das heisst wenn eine Sanktion von bis zu zwei Jahren Freiheitsstrafe beantragt wird. <i>in</i> : http://www.justice.be.ch/justice/de/index/strafverfahren/strafgerichtsverfahren/ablauf/einzelgericht.html	

V

Português	Definição	Contexto	Observações	Inglês	Fonte	Contexto	Observações	Alemão	Fonte	Contexto	Observações
vt ^a	Informação adicional inserida habitualmente no termo elaborado pelo escrivão. <i>in</i> : http://comprova.org/wp-content/uploads/2013/12/Requerimento-do-defensor-de-Manuel-J.J.Marreiros.pdf	VT^a= Atenta a informação de fls. 233, pr. se expeça carta rogatória para notificação pessoal do acordão proferido nos autos ao arguido <i>in</i> : http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_german/law_general/3705781-1-vista.html	abreviatura de "vista"	additional annotation	http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:137:0001:0067:EN:PDF	[...] in addition the list may include in respect of each function the additional annotation or equivalent devices <i>in</i> : http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2007:137:0001:0067:EN:PDF		Anmerkung (f)	http://www.proz.com/kudoz/portuguese_to_german/law_general/3705781-1-vista.html	Im Bericht Prozessanmerkung wird der vollständige Text aller Anmerkungen in einem oder mehreren Prozessen in einem Prozesskatalog angezeigt, den Sie für die Aufnahme in den Bericht auswählen. <i>in</i> : http://publib.boulder.ibm.com/infocenter/dmndhelp/v6rxmx/index.jsp?topic=/com.ibm.btools.help.modeler602.basisc.doc/doc/concepts/reports/processannotation.html	também pode aparecer "Eintrag" (m)

FRASEOLOGIAS

PT	EN	DE
os factos são imputados	these allegations are made against	jemandem Tatsachen zur Last legen
compulsados os autos	after analysing the records	in Übereinstimmung mit den Akten
face ao exposto	given the above, in view of the above	in Anbetracht dessen
prestar declarações	provide a statement	eine Aussage machen
porquanto indiciam suficientemente os autos que	So far the records sufficiently indicate that	sofern die Akten vermerken, dass
dirigida às autoridades judiciárias competentes de justiça de	addressed to the competent judicial authorities	an die zuständigen Justizbehörden
em nome da justiça e ao abrigo das disposições legais de	In the name of justice and under the legal provisions of	im Namen der Justiz und auf der Grundlage der gesetzlichen Bestimmungen
atento aos factos que a justificam	concerning the facts that justify it	im Zusammenhang mit der bestehenden Sachlage
se proceda com observância das formalidades legais	proceed according to the legal formalities to	die im Folgenden aufgeführten Maßnahmen unter Einhaltung der gesetzlichen Formalitäten sind durchzuführen.
corre termos neste tribunal	A (...) procedure is taking place in this court	bei der Verfahrensabteilung der Staatsanwaltschaft ist (...) ein Ermittlungsverfahren anhängig
são imputados ao referido arguido os seguintes factos	the following facts are imputed to the referred defendant	den Beschuldigten werden folgende Sachverhalte zur Last gelegt
A descrita conduta do arguido é susceptível de integrar a prática dos seguintes crimes	The defendant's described conduct is susceptible to include the practice of the following crimes	das beschriebene Verhalten der Beschuldigten erfüllt den folgenden Strafbestand
por sentença proferida	by judgement	mit Urteil
comparecer em Tribunal	Appear in court	vor dem Gericht erscheinen
A fim de ser ouvido em audiência de julgamento	To be heard in the trial hearing	bei der Gerichtsverhandlung angehört werden
Nos termos e para os efeitos do artigo X	As provided in and for the purposes of article X	gemäß Artikel X
Cumpra-se o disposto no artigo X	Comply with the provisions of article X	die Anforderungen von Artikel X werden erfüllt
Sujeito ao pagamento	Liable to pay	der Zahlung unterliegen
Da advertência de que	Being warned that	unter Verweis auf
Com escritório em	With professional address at	mit Kanzlei in

Prestar toda a colaboração	Fully cooperate with	in jeder erdenklichen Weise unterstützen
Autue e registre	Report and register	protokollieren und verzeichnen
Inexistem nulidades	There are no annulments	es liegen keine Nichtigkeitsgründe vor
Para cujo teor se remete	To the content of which we refer	dessen Inhalt referenziert ist
Declaro cessada a contumácia	I hereby declare the <i>in absentia</i> terminated	jemanden für nicht mehr säumig erklären
Convenção Relativa ao Auxílio Judiciário Mútuo em Matéria Penal	Convention for Mutual Assistance in Criminal Matters	Übereinkommen über die Rechtshilfe in Strafsachen
Determino que o arguido aguarde os ulteriores termos do processo sujeito às obrigações daí decorrentes	I hereby determine that the defendant awaits the ulterior terms of the procedure subject to the obligations of the (...)	hiermit wird festgelegt, dass der Beschuldigte die Verfahrensbedingungen und die sich daraus ergebenden Verpflichtungen abwartet
Já prestado nos autos	Already rendered in the records	aus den Akten hervorgehend
INTRODUÇÃO	INTRODUCTION	EINLEITUNG
O CONTEÚDO DA NOTIFICAÇÃO	CONTENT OF THE NOTIFICATION	INHALT DES BESCHEIDS
FORMULAÇÃO DOS FATOS	FORMULATION OF THE FACTS	SACHVERHALTSDARSTELLUNG
O DIREITO (NORMAS APLICÁVEIS)	LAW (APPLICABLE LAW)	RECHSTGRUNDLAGE (ANWENDBARE RECHTSNORMEN)
O PEDIDO	REQUEST	ANTRAG